



31 de Março de 2013

Demonstrações Contábeis  
Completas em IFRS



**Itaú Unibanco Holding S.A.**





## **Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Aos administradores e Acionistas  
Itaú Unibanco Holding S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 25 de abril de 2013.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron  
Contador CRC 1SP173647/O-5

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**  
**Balço Patrimonial Consolidado**  
*(Em Milhões de Reais)*

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Disponibilidades	4	13.737	13.967
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	61.861	63.701
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	17.894	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	6	182.766	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	131.366	145.516
Dados em Garantia		28.841	2.348
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		102.525	143.168
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	224	220
Derivativos	8 e 9	9.266	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	81.245	90.869
Dados em Garantia		21.548	25.929
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		59.697	64.940
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	3.377	3.202
Dados em Garantia		158	120
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		3.219	3.082
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	346.991	341.271
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		372.015	366.984
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(25.024)	(25.713)
Outros Ativos Financeiros	20a	42.485	44.492
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	3.147	3.005
Imobilizado, Líquido	15	5.660	5.628
Ativos Intangíveis, Líquido	16	4.839	4.671
Ativos Fiscais		32.384	32.412
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.535	3.198
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	29.022	28.381
Outros		827	833
Bens Destinados a Venda	36	112	117
Outros Ativos	20a	10.301	9.923
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>947.655</b>	<b>957.154</b>

*As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.*

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**  
**Balanco Patrimonial Consolidado**

(Em Milhões de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NOTA</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Depósitos	17	238.555	243.200
Captações no Mercado Aberto	19a	262.892	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	594	642
Derivativos	8 e 9	8.385	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	19a	99.357	97.073
Recursos de Mercados Institucionais	19b	69.233	72.028
Outros Passivos Financeiros	20b	47.715	50.255
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c III	93.694	90.318
Passivos de Planos de Capitalização		2.930	2.892
Provisões	32	19.171	19.209
Obrigações Fiscais		5.014	7.109
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		976	2.560
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	2.766	3.038
Outras		1.272	1.511
Outros Passivos	20b	22.938	19.956
<b>Total do Passivo</b>		<b>870.478</b>	<b>881.156</b>
Capital Social	21a	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.386)	(1.523)
Capital Adicional Integralizado		924	888
Reservas Integralizadas	21d	22.354	22.423
Reservas a Integralizar		8.395	7.379
Resultado Abrangente Acumulado		968	1.735
<b>Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</b>		<b>76.255</b>	<b>75.902</b>
Participações de Acionistas não Controladores		922	96
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>77.177</b>	<b>75.998</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>947.655</b>	<b>957.154</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**  
**Demonstração Consolidada do Resultado**  
**Períodos Findos em**  
*(Em milhões de Reais, exceto as informações de lucro por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Produto Bancário</b>		<b>19.446</b>	<b>20.836</b>
Receita de Juros e Rendimentos	23a	21.352	26.349
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(8.494)	(13.383)
Receita de Dividendos		64	64
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(941)	1.050
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		383	469
Receita de Prestação de Serviços	24	5.257	4.662
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.678	1.474
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	6.877	5.198
Resseguros de Prêmios	30b III	(275)	(225)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(5.041)	(3.622)
Receita de Operações de Capitalização		117	123
Outras Receitas	25	147	151
<b>Perdas com Créditos e Sinistros</b>		<b>(4.342)</b>	<b>(5.334)</b>
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(4.861)	(6.063)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.086	1.193
Despesas com Sinistros		(675)	(570)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		108	106
<b>Margem Operacional</b>		<b>15.104</b>	<b>15.502</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>		<b>(10.294)</b>	<b>(10.169)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	26	(9.164)	(8.920)
Despesas Tributárias		(1.182)	(1.209)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	52	(40)
<b>Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>27</b>	<b>4.810</b>	<b>5.333</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1.868)	(2.709)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		548	855
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>3.490</b>	<b>3.479</b>
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	3.482	3.285
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		8	194
<b>LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO</b>			
Ordinárias		0,77	0,73
Preferenciais		0,77	0,73
<b>LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO</b>	28		
Ordinárias		0,77	0,73
Preferenciais		0,77	0,73
<b>MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA</b>	28		
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.300
Preferenciais		2.232.162.278	2.227.800.664
<b>MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUÍDA</b>	28		
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.300
Preferenciais		2.246.065.306	2.241.526.859

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**  
**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente**  
**Períodos Findos em**  
*(Em milhões de Reais)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Lucro Líquido</b>		<b>3.490</b>	<b>3.479</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(958)	167
Variação de Valor Justo		(1.528)	475
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	10	8	(217)
Efeito Fiscal	18	562	(91)
Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	9	252	(113)
Variação de Valor Justo		419	(178)
Efeito Fiscal		(167)	65
Benefícios de Planos de Pensão e Saúde		1	-
Ganhos/(Perdas)		2	-
Efeito Fiscal		(1)	-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(62)	(27)
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - (Alienação do Banco BPI S.A.)	26	-	78
Variação de Valor Justo		-	117
Efeito Fiscal		-	(39)
<b>Total do Resultado Abrangente</b>		<b>2.723</b>	<b>3.584</b>
<b>Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores</b>		<b>8</b>	<b>194</b>
<b>Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador</b>		<b>2.715</b>	<b>3.390</b>

*As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.  
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)  
 Períodos findos em 31 de Março de 2013 e de 2012  
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes				Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores		Total Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores
							Disponíveis para Venda (1)	Benefícios de Plano de Pensão e Saúde	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)			
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>45.000</b>	<b>(1.663)</b>	<b>738</b>	<b>24.279</b>	<b>5.561</b>	-	<b>360</b>	-	<b>118</b>	<b>(452)</b>	<b>73.941</b>	<b>1.395</b>	<b>75.336</b>
Transações com os Acionistas	-	188	22	(1.847)	-	(742)	-	-	-	-	(2.379)	(3)	(2.382)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	188	22	-	-	-	-	-	-	-	210	-	210
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	188	(21)	-	-	-	-	-	-	-	167	-	167
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	43	-	43
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 21b)	-	-	-	(1.847)	-	(742)	-	-	-	-	(2.589)	(1)	(2.590)
Outros	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	14	(398)	(384)
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	-	-	-	-	-	<b>3.285</b>	<b>245</b>	-	<b>(27)</b>	<b>(113)</b>	<b>3.390</b>	<b>194</b>	<b>3.584</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	<b>3.285</b>	-	-	-	-	<b>3.285</b>	<b>194</b>	<b>3.479</b>
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	<b>245</b>	-	<b>(27)</b>	<b>(113)</b>	<b>105</b>	-	<b>105</b>
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	138	-	(138)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	1.886	519	(2.405)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>45.000</b>	<b>(1.475)</b>	<b>760</b>	<b>24.456</b>	<b>6.094</b>	-	<b>605</b>	-	<b>91</b>	<b>(565)</b>	<b>74.966</b>	<b>1.188</b>	<b>76.154</b>
<b>Mutação do Período</b>	-	<b>188</b>	<b>22</b>	<b>177</b>	<b>533</b>	-	<b>245</b>	-	<b>(27)</b>	<b>(113)</b>	<b>1.025</b>	<b>(207)</b>	<b>818</b>
<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>45.000</b>	<b>(1.523)</b>	<b>888</b>	<b>22.423</b>	<b>7.379</b>	-	<b>2.004</b>	-	<b>648</b>	<b>(917)</b>	<b>75.902</b>	<b>96</b>	<b>75.998</b>
Transações com os Acionistas	-	137	36	(1.887)	-	(655)	-	-	-	-	(2.369)	818	(1.551)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	137	36	-	-	-	-	-	-	-	173	-	173
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	137	(18)	-	-	-	-	-	-	-	119	-	119
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	54	-	-	-	-	-	-	-	54	-	54
Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	822	822
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 21b)	-	-	-	(1.730)	-	(655)	-	-	-	-	(2.385)	(4)	(2.389)
Reorganizações Societárias	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	-	(157)	-	(157)
Outros	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7	-	7
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	-	-	-	-	-	<b>3.482</b>	<b>(958)</b>	<b>1</b>	<b>(62)</b>	<b>252</b>	<b>2.715</b>	<b>8</b>	<b>2.723</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	<b>3.482</b>	-	-	-	-	<b>3.482</b>	<b>8</b>	<b>3.490</b>
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	<b>(958)</b>	<b>1</b>	<b>(62)</b>	<b>252</b>	<b>(767)</b>	-	<b>(767)</b>
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	124	-	(124)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	1.694	1.009	(2.703)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>45.000</b>	<b>(1.386)</b>	<b>924</b>	<b>22.354</b>	<b>8.395</b>	-	<b>1.046</b>	<b>1</b>	<b>586</b>	<b>(665)</b>	<b>76.255</b>	<b>922</b>	<b>77.177</b>
<b>Mutação do Período</b>	-	<b>137</b>	<b>36</b>	<b>(69)</b>	<b>1.016</b>	-	<b>(958)</b>	<b>1</b>	<b>(62)</b>	<b>252</b>	<b>353</b>	<b>826</b>	<b>1.179</b>

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**  
**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**  
*(Em Milhões de Reais)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>		<b>13.521</b>	<b>13.320</b>
Lucro Líquido		3.490	3.479
Ajustes ao Lucro Líquido:		10.031	9.841
Opções de Outorgas Reconhecidas	22d	54	43
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		268	579
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	4.861	6.063
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		724	882
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		20	26
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		5.041	3.622
Resultado de Operações de Capitalização		(117)	(123)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	562	513
Tributos Diferidos		(548)	(855)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(52)	40
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	8	(217)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(705)	(665)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(87)	(70)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	(7)	(2)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(3)	4
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	5	5
Outros		8	(4)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES (*)</b>		<b>(13.791)</b>	<b>31.592</b>
<b>(Aumento) Redução em Ativos</b>		<b>(4.201)</b>	<b>29.026</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(681)	(1.731)
Aplicações no Mercado Aberto		(14.128)	10.324
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		1.952	22.432
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		14.150	1.817
Derivativos (Ativos/Passivos)		(353)	713
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(4)	(3)
Operações de Crédito		(7.604)	(7.659)
Outros Ativos Financeiros		1.286	1.850
Outros Ativos Fiscais		802	1.540
Outros Ativos		379	(257)
<b>(Redução) Aumento em Passivos</b>		<b>(9.590)</b>	<b>2.566</b>
Depósitos		(4.482)	(11.334)
Captações no Mercado Aberto		(4.479)	14.387
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(48)	(2.079)
Recursos de Mercados Interbancários		2.266	(693)
Outros Passivos Financeiros		(3.175)	(1.246)
Provisão de Seguros e Previdência		(1.665)	448
Passivos de Planos de Capitalização		155	141
Provisões		2	811
Obrigações Fiscais		914	1.356
Outros Passivos		3.992	4.240
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.070)	(3.465)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(270)</b>	<b>44.912</b>
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		9	22
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		14.076	7.548
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		86	165
Alienação de Bens Destinados a Venda		29	18
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		3	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	3	188
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(5.281)	(13.928)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(173)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(403)	(413)
Aquisição de Intangível	16	(275)	(332)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>8.074</b>	<b>(6.732)</b>
Captação em Mercados Institucionais		80	5.544
Resgate em Mercados Institucionais		(3.612)	(4.328)
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas não Controladores		302	(2)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		119	167
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(4)	(1)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.343)	(3.343)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(6.458)</b>	<b>(1.963)</b>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.4c e 4</b>	<b>1.346</b>	<b>36.217</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	45.775	38.105
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(268)	(579)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	46.854	73.743
<b>Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa</b>			
Juros Recebidos		21.320	22.942
Juros Pagos		14.037	8.228
<b>Transações Não Monetárias</b>			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	1
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda Não Pagos		600	725

(\*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

## ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de Março de 2013 e de 2012

(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

#### NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai e Uruguai. Em 2012, iniciamos uma operação na Colômbia que se intensificará gradualmente durante o ano de 2013.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial - Varejo, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, *Uniclass* e *Personnalité*) ou com alto patrimônio (*Private Bank*) e para clientes pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Banco de Atacado, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor - Varejo, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos e de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2013.

## NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – “Interim Financial Reporting” com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

Com o intuito de melhorar a apresentação e classificação das operações de seguros na Demonstração Consolidada do Resultado, de acordo com o IFRS 4, reclassificações foram realizadas em relação as operações de seguros. Anteriormente, as receitas das atividades de seguros eram apresentadas na Demonstração Consolidada do Resultado líquido dos resseguros mantidos no item Receitas de Seguros e Previdência Privada e os números brutos estão apresentados na Nota (30b III). Nas Demonstrações Contábeis essa informação será apresentada pelos montantes brutos em itens separados na Demonstração Consolidada do Resultado no item Receitas de Seguros e Previdência Privada e Resseguros de Prêmios. Despesas com Sinistros que estavam apresentadas líquidas no item Despesas com Sinistros também serão apresentadas de forma bruta nos valores recuperáveis de Sinistros com Resseguros mantidos no item Despesas com Sinistros e Recuperação de Sinistros com Resseguros.

### 2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

#### a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2013

- Alteração do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- *Annual Improvements cycle (2009-2011)* – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

#### b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração não é efetiva até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.
- *Investment Entities - Amendments* ao IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*” e IAS 27 – “*Separate Financial Statements*” - São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

### 2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

#### **a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2013, não houve aprimoramento de premissas de modelos, em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 1.492.

O montante de provisão era de R\$ 25.024 (R\$ 25.713 em 31/12/2012).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.470 (R\$ 3.413 em 31/12/2012).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

#### **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 34.986 (R\$ 35.003 em 31/12/2012).

#### **c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos**

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - "*Financial Instruments: Recognition and Measurement*". Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 222.101 (R\$ 248.202 em 31/12/2012) dos quais R\$ 9.266 são Derivativos (R\$ 11.597 em 31/12/2012) e passivos no valor de R\$ 8.979 (R\$ 11.711 em 31/12/2012) dos quais R\$ 8.385 são Derivativos (R\$ 11.069 em 31/12/2012). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apuração dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

#### **d) Planos de Pensão de Benefício Definido**

Em 31/03/2013 o montante de R\$ 12 (R\$ 29 em 31/12/2012) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 868.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

#### **e) Ativos e Passivos Contingentes**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 19.171 (R\$ 19.209 em 31/12/2012).

#### **f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência**

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

## 2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

#### I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements”, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements”, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

Os efeitos da adoção do IFRS 10, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente não consolidados, que passaram a ser consolidados em 1º de janeiro de 2013:

	31/12/2012	30/09/2012	30/06/2012	31/03/2012
Operações de Crédito	3.089	2.883	2.936	2.906
Total de Ativos	1.275	1.243	1.212	1.162
Total de Passivos	1.275	1.243	1.212	1.162
Participação não controlador	29	46	42	36
Lucro Líquido/(Prejuízo) do não controlador	(17)	5	6	10
Outros Resultados Abrangente	-	-	-	-

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2013 e 31/12/2012:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em		
			31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	
Banco Dibens S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Banco Investcred Unibanco S.A.	(1)	Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA International S.A.	(2)	Portugal	Instituição Financeira	-	99,99%	-	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A	(3) Nota 3d	Brasil	Instituição Financeira	70,00%	100,00%	70,00%	100,00%
Banco Itaú Chile		Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.		Luxemburgo	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Suisse S.A.		Suíça	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itualeasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd		Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	(4)	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú BBA International Limited		Reino Unido	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		Brasil	Securitizadora	99,99%	99,99%	99,98%	99,98%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited		Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited		Emirados Árabes	Representação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(5) (Nota 3b)	Brasil	Sociedade de Crédito	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.		Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	(1)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tarjetas Unisoluciones S. A. de Capital Variable		México	Administradora de Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Entidades anteriormente consolidadas proporcionalmente, passaram a ser consolidadas integralmente a partir de 01/01/2013.

(2) Empresa incorporada em 01/02/2013 pela Itaú BBA International Limited.

(3) Nova denominação social do Banco Banerj S.A..

(4) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis.

(5) Nova denominação social da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).



## II - Combinações de negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

## III - Transações junto a acionistas não controladores

O IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

### b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

#### I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – “*The effects of changes in foreign exchange rates*” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

## **II- Transações em moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ (129) para o período de 01/01 a 31/03/2013 (R\$ (675) de 01/01 a 31/03/2012).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

### **c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

### **d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL**

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

### **e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

### **f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

## **g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – designados a valor justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação**

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

## **II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo**

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

## **III- Derivativos**

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item “hedgeado”, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como hedge contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como hedge contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do hedge, existe designação e documentação formais da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o hedge.
- é esperado que o hedge seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de hedge em particular.

- quanto ao hedge de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de hedge tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do hedge pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de hedge podem ser confiavelmente medidos.
- o hedge é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o hedge foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de hedge: hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de hedge em estratégias de hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 09.

### **Hedge de Valor Justo**

Para os derivativos que são designados e se qualificam como hedge de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

### **Hedge de fluxo de caixa**

Para os derivativos que são designados e se qualificam como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por hedge afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do hedge contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

### **Hedge de investimento líquido em operação no exterior**

O hedge de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo hedge de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de hedge relacionado à parcela efetiva do hedge que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

#### **IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

#### **V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

## VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

## VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

## VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

### Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* são de no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

### Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.



Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

## **Mensuração**

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro, Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

### **Reversão, Write-off e Renegociação**

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

#### **IX- Outros Ativos Financeiros**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

#### **X- Passivos financeiros ao custo amortizado**

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários.
- Recursos de Mercados Institucionais.
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros. (Nota 20b).

## **h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO**

### **I – Associadas**

De acordo com o IAS 28 – “Investments in Associates and Joint Ventures”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

### **II – Negócios em conjunto**

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – “Interests in Joint Ventures”. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – “Joint Arrangements”, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“Joint Ventures”). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto “joint ventures”. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as “joint ventures”, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em “joint ventures” de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente consolidados proporcionalmente, que passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 1º de janeiro de 2013:

	<b>31/03/2013</b>
Total de ativos (*)	49
Total de passivos (*)	22

(\*) Composto pelas empresas Olímpia Promoção e Serviços S.A., Rosefield Finance Ltd., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

#### **i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)**

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

#### **j) IMOBILIZADO**

De acordo com o IAS 16 – “Property, plant and equipment”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “Impairment of assets”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu no período findo em 31/03/2013 e 31/03/2012 perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

## **k) ÁGIO**

De acordo com o IFRS 3 (R) – “*Business Combination*”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 31/12/2013 e 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possuía saldo de ágio em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

## **l) ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO, não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável nos períodos findos em 31/03/2013 e 31/03/2012, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

#### **m) BENS DESTINADOS A VENDA**

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

#### **n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	15%

(\*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

#### o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “*Insurance contracts*” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

#### Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.



O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

### **Prêmios de Seguros**

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

### **Resseguros**

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

### **Custos de Aquisição**

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

### **Passivos**

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

### **Derivativos Embutidos**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

### **Teste de Adequação do Passivo**

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

#### **p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

#### **q) BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 368 de 01/01 a 31/03/2013 (R\$ 360 de 01/01 a 31/03/2012).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “*Employee benefits*” até 31 de dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – “*Employee benefits*” a partir de 1º de janeiro de 2013.

##### **Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido**

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (asset ceiling).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou uma perda será reconhecido.

### **Planos de Pensão - Contribuição Definida**

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

### **Outras Obrigações Pós-Emprego**

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

## **r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES**

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – “*Share-based payment*” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

## s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

## t) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

## u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

## **v) AÇÕES EM TESOURARIA**

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

## **w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

## **x) LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “*Earnings per share*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

## **y) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

## **z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

O IFRS 8 – “*Operating Segments*” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial - Varejo, (ii) Banco de Atacado, (iii) Crédito ao Consumidor - Varejo e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

## NOTA 03 - DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

### a) BSF Holding S.A.

Em 14 de abril de 2011, o Itaú Unibanco Holding S.A. e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour") firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49% do BSF Holding S.A. ("Banco Carrefour"), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao Itaú Unibanco Holding S.A., a qual foi efetuada em 31 de maio de 2012.

A partir de 31 de Maio de 2012, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e como transações entre partes relacionadas (Nota 35).

A alocação do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF e a participação em seus ativos líquidos, na data de aquisição, está demonstrada abaixo:

<b>Ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis</b>	
Caixa e equivalentes a caixa	1
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	131
Operações de crédito, líquido	600
Imobilizado, líquido	6
Ativos Intangíveis	33
Outros Ativos	1.881
<b>Total de Ativos adquiridos</b>	<b>2.652</b>
Depósitos	312
Captações no mercado aberto	94
Provisões	27
Outros passivos	1.738
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>2.171</b>
<b>Ativos líquidos a valor justo – 100%</b>	<b>481</b>
Participação adquirida – 49%	236
<b>Preço pago</b>	<b>816</b>
<b>Agio</b>	<b>580</b>

O ágio apurado na transação é apresentado como parte do investimento na Rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em conjunto e a análise de seu valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

#### **b) FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FAI”)**

Em 09 de agosto de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. informou o encerramento de sua parceria com a LOJAS AMERICANAS S.A. (“LASA”), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto por ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA celebraram, naquela data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a LASA concordou em (i) vender para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. a totalidade da participação que detinha no capital social da FAI, pelo valor de R\$ 95 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da LASA e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 27 de dezembro de 2012.

Como resultado dessa transação, a FAI deixou de ser uma entidade controlada em conjunto entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA e passou a ser uma subsidiária integral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Em 31/12/2012 o saldo das contas patrimoniais da FAI foram consolidados integralmente, entretanto o resultado do exercício de 2012 foi consolidado proporcionalmente.

Concluiremos no decorrer de 2013 a alocação final do diferencial entre o valor pago pela FAI e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

#### **c) Associação com o Banco BMG S.A.**

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. (“BMG”), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados através da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. (“Itaú BMG Consignado”). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 7 de janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de abril de 2013.



#### NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/03/2013	31/12/2012
Disponibilidades	13.737	13.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.739	14.347
Aplicações no Mercado Aberto	23.378	17.476
<b>Total</b>	<b>46.854</b>	<b>45.790</b>

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 8.155 (R\$ 9.479 em 31/12/2012) e R\$ 159.388 (R\$ 145.261 em 31/12/2012), respectivamente.

#### NOTA 05 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/03/2013	31/12/2012
Não Remunerados	3.610	6.448
Remunerados	58.251	57.253
<b>Total</b>	<b>61.861</b>	<b>63.701</b>

#### NOTA 06 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.096	798	17.894	23.430	396	23.826
Aplicações no Mercado Aberto (*)	182.766	-	182.766	162.558	179	162.737
<b>Total</b>	<b>199.862</b>	<b>798</b>	<b>200.660</b>	<b>185.988</b>	<b>575</b>	<b>186.563</b>

(\*) O montante de R\$ 6.218 (R\$ 9.106 em 31/12/2012) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 91.178 (R\$ 116.922 em 31/12/2012) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

## NOTA 07 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2013				31/12/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.378	51	-	1.429	1.422	47	(1)	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	96.169	20	(713)	95.476	110.999	212	(5)	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.689	29	(9)	1.709	1.250	39	(3)	1.286
<b>Títulos Públicos - Outros Países (1b)</b>	<b>760</b>	<b>14</b>	<b>(5)</b>	<b>769</b>	<b>860</b>	<b>16</b>	<b>(4)</b>	<b>872</b>
Argentina	203	4	(4)	203	105	5	(4)	106
Estados Unidos	295	9	-	304	335	10	-	345
México	99	1	(1)	99	224	1	-	225
Chile	62	-	-	62	108	-	-	108
Uruguai	41	-	-	41	33	-	-	33
Colômbia	34	-	-	34	34	-	-	34
Peru	26	-	-	26	21	-	-	21
<b>Títulos de Dívida de Empresas (1c)</b>	<b>31.941</b>	<b>176</b>	<b>(134)</b>	<b>31.983</b>	<b>30.613</b>	<b>185</b>	<b>(114)</b>	<b>30.684</b>
Ações Negociáveis	2.573	133	(125)	2.581	2.777	137	(99)	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21	-	-	21	21	-	-	21
Certificado de Depósito Bancário	2.709	-	-	2.709	2.933	-	-	2.933
Debêntures	5.204	8	-	5.212	4.629	8	(1)	4.636
Euro Bonds e Assemelhados	1.599	33	(9)	1.623	1.587	39	(14)	1.612
Letras Financeiras	19.634	2	-	19.636	18.440	1	-	18.441
Notas Promissórias	50	-	-	50	20	-	-	20
Outros	151	-	-	151	206	-	-	206
<b>Total</b>	<b>131.937</b>	<b>290</b>	<b>(861)</b>	<b>131.366</b>	<b>145.144</b>	<b>499</b>	<b>(127)</b>	<b>145.516</b>

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2013 eram: a) R\$ 27.509 (R\$ 1.881 em 31/12/2012), b) R\$ 226, c) R\$ 336 e d) R\$ 770 (R\$ 467 em 31/12/2012), totalizando R\$ 28.841 (R\$ 2.348 em 31/12/2012).

## Ganhos e Perdas Realizados e Não Realizados

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Ativos Financeiros Mantidos para Negociação</b>		
Ganhos	444	1.127
Perdas	(1.436)	(458)
<b>Total</b>	<b>(992)</b>	<b>669</b>

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Custo/Custo amortizado	Valor Justo
<b>Circulante</b>	<b>25.845</b>	<b>25.900</b>	<b>32.225</b>	<b>32.334</b>
Sem vencimento	3.950	4.009	4.199	4.284
Até um ano	21.895	21.891	28.026	28.050
<b>Não Circulante</b>	<b>106.092</b>	<b>105.466</b>	<b>112.919</b>	<b>113.182</b>
De um a cinco anos	86.071	85.605	85.418	85.581
De cinco a dez anos	13.795	13.688	17.878	17.934
Após dez anos	6.226	6.173	9.623	9.667
<b>Total</b>	<b>131.937</b>	<b>131.366</b>	<b>145.144</b>	<b>145.516</b>

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 78.382 (R\$ 75.146 em 31/12/2012). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2013			Valor Justo
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	219	5	-	224

	31/12/2012			Valor Justo
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	217	3	-	220

#### Ganhos e Perdas Realizados e Não Realizados

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Designados a Valor Justo através do Resultado</b>		
Ganhos	2	5

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Custo/Custo amortizado	Valor justo
<b>Não Circulante - Após dez anos</b>	<b>219</b>	<b>224</b>	<b>217</b>	<b>220</b>

## NOTA 08 – DERIVATIVOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 5.873 (R\$ 4.895 em 31/12/2012) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2013
<b>Contratos de futuros</b>	<b>398.416</b>	<b>(54)</b>	<b>(62)</b>	<b>(116)</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>123.529</b>	<b>10</b>	<b>(1)</b>	<b>9</b>
Moeda Estrangeira	6.585	17	1	18
Mercado Interfinanceiro	89.031	(88)	-	(88)
Índices	22.170	81	(2)	79
Títulos	5.539	-	-	-
Commodities	190	-	-	-
Outros	14	-	-	-
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>274.887</b>	<b>(64)</b>	<b>(61)</b>	<b>(125)</b>
Moeda Estrangeira	75.499	(55)	(59)	(114)
Mercado Interfinanceiro	167.887	89	(1)	88
Prefixados	92	-	-	-
Índices	24.650	(100)	(1)	(101)
Títulos	6.429	1	-	1
Commodities	330	1	-	1
<b>Contratos de Swaps</b>		<b>(566)</b>	<b>(220)</b>	<b>(786)</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>136.214</b>	<b>2.235</b>	<b>1.125</b>	<b>3.360</b>
Moeda Estrangeira	10.610	451	148	599
Mercado Interfinanceiro	44.048	436	34	470
Prefixados	40.219	474	256	730
Pós-Fixados	5.256	15	4	19
Índices	35.565	836	664	1.500
Títulos	516	23	16	39
Outros	-	-	3	3
<b>Posição Passiva</b>	<b>136.780</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(1.345)</b>	<b>(4.146)</b>
Moeda Estrangeira	15.820	(768)	(170)	(938)
Mercado Interfinanceiro	30.891	(107)	(7)	(114)
Prefixados	43.906	(455)	(317)	(772)
Pós-Fixados	6.715	(37)	(5)	(42)
Índices	38.754	(1.326)	(874)	(2.200)
Títulos	645	(108)	28	(80)
Commodities	42	-	-	-
Outros	7	-	-	-
<b>Contratos de Opções</b>	<b>1.311.965</b>	<b>(225)</b>	<b>117</b>	<b>(108)</b>
<b>De Compra - Posição Comprada</b>	<b>282.040</b>	<b>412</b>	<b>(95)</b>	<b>317</b>
Moeda Estrangeira	16.100	204	(75)	129
Mercado Interfinanceiro	39.722	44	15	59
Pós-Fixados	122	1	(1)	-
Índices	224.658	136	(39)	97
Títulos	596	9	7	16
Commodities	746	18	(7)	11
Outros	96	-	5	5
<b>De Venda - Posição Comprada</b>	<b>437.999</b>	<b>655</b>	<b>(9)</b>	<b>646</b>
Moeda Estrangeira	7.432	89	(5)	84
Mercado Interfinanceiro	39.778	67	(29)	38
Pós-Fixados	760	1	-	1
Índices	386.412	356	(56)	300
Títulos	2.771	108	35	143
Commodities	363	13	1	14
Outros	483	21	45	66
<b>De Compra - Posição Vendida</b>	<b>169.728</b>	<b>(406)</b>	<b>84</b>	<b>(322)</b>
Moeda Estrangeira	10.133	(216)	95	(121)
Mercado Interfinanceiro	22.041	(32)	(18)	(50)
Índices	136.828	(140)	13	(127)
Títulos	488	(5)	(9)	(14)
Commodities	188	(13)	8	(5)
Outros	50	-	(5)	(5)
<b>De Venda - Posição Vendida</b>	<b>422.198</b>	<b>(886)</b>	<b>137</b>	<b>(749)</b>
Moeda Estrangeira	7.869	(187)	(25)	(212)
Mercado Interfinanceiro	100.720	(119)	64	(55)
Índices	311.657	(439)	176	(263)
Títulos	1.017	(105)	(35)	(140)
Commodities	454	(15)	1	(14)
Outros	481	(21)	(44)	(65)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2013
<b>Contratos a Termo</b>	<b>43.107</b>	<b>686</b>	<b>33</b>	<b>719</b>
<b>Compras a Receber</b>	<b>7.089</b>	<b>670</b>	<b>15</b>	<b>685</b>
Moeda Estrangeira	6.596	151	15	166
Prefixados	304	304	-	304
Pós-Fixados	187	187	-	187
Títulos	-	28	-	28
Commodities	2	-	-	-
<b>Obrigações por Compra a Pagar</b>	<b>4.713</b>	<b>(658)</b>	<b>30</b>	<b>(628)</b>
Moeda Estrangeira	4.570	(146)	31	(115)
Prefixados	-	(304)	-	(304)
Pós-Fixados	-	(187)	-	(187)
Commodities	143	(21)	(1)	(22)
<b>Vendas a Receber</b>	<b>17.845</b>	<b>2.588</b>	<b>(9)</b>	<b>2.579</b>
Moeda Estrangeira	15.096	321	(12)	309
Mercado Interfinanceiro	408	5	-	5
Prefixados	1.192	1.227	(1)	1.226
Pós-Fixados	442	443	-	443
Índices	1	1	-	1
Títulos	571	564	3	567
Commodities	126	18	1	19
Outros	9	9	-	9
<b>Obrigações por Venda a Entregar</b>	<b>13.460</b>	<b>(1.914)</b>	<b>(3)</b>	<b>(1.917)</b>
Moeda Estrangeira	13.460	(277)	(3)	(280)
Prefixados	-	(1.124)	-	(1.124)
Pós-Fixados	-	(443)	-	(443)
Títulos	-	(70)	-	(70)
<b>Derivativos de Crédito</b>	<b>6.847</b>	<b>657</b>	<b>(5)</b>	<b>652</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>3.440</b>	<b>751</b>	<b>8</b>	<b>759</b>
Prefixados	2.807	751	1	752
Títulos	488	-	4	4
Outros	145	-	3	3
<b>Posição Passiva</b>	<b>3.407</b>	<b>(94)</b>	<b>(13)</b>	<b>(107)</b>
Prefixados	2.709	(94)	(1)	(95)
Títulos	668	-	(11)	(11)
Outros	30	-	(1)	(1)
<b>Forwards</b>	<b>27.291</b>	<b>63</b>	<b>62</b>	<b>125</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>13.763</b>	<b>195</b>	<b>51</b>	<b>246</b>
Moeda Estrangeira	13.456	190	51	241
Índices	299	5	-	5
Títulos	8	-	-	-
<b>Posição Passiva</b>	<b>13.528</b>	<b>(132)</b>	<b>11</b>	<b>(121)</b>
Moeda Estrangeira	13.470	(131)	11	(120)
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-
Índices	43	(1)	-	(1)
Títulos	1	-	-	-
<b>Swap com Verificação</b>	<b>1.067</b>	<b>3</b>	<b>(34)</b>	<b>(31)</b>
<b>Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro</b>	<b>535</b>	<b>3</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>
<b>Posição Passiva</b>	<b>532</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>(31)</b>
Moeda Estrangeira	466	-	(30)	(30)
Mercado Interfinanceiro	66	-	(1)	(1)
<b>Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira</b>	<b>539</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
<b>Outros Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5.920</b>	<b>240</b>	<b>154</b>	<b>394</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>4.810</b>	<b>616</b>	<b>26</b>	<b>642</b>
Moeda Estrangeira	467	109	4	113
Prefixados	1.286	374	27	401
Títulos	3.042	133	(6)	127
Outros	15	-	1	1
<b>Posição Passiva</b>	<b>1.110</b>	<b>(376)</b>	<b>128</b>	<b>(248)</b>
Moeda Estrangeira	176	(94)	136	42
Prefixados	-	(282)	(2)	(284)
Títulos	813	-	(4)	(4)
Outros	121	-	(2)	(2)
<b>ATIVO</b>	<b>8.125</b>	<b>8.125</b>	<b>1.141</b>	<b>9.266</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>(7.321)</b>	<b>(7.321)</b>	<b>(1.064)</b>	<b>(8.385)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>804</b>	<b>804</b>	<b>77</b>	<b>881</b>

**Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:**

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2013
Contrato de Futuros	62.999	151.298	73.253	110.866	398.416
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	6.099	34.103	23.521	70.256	133.979
Contratos de Opções	101.193	544.357	660.453	5.962	1.311.965
Contratos a Termo	20.012	11.769	6.278	5.048	43.107
Derivativos de Crédito	271	1.436	179	4.961	6.847
Forwards	9.443	10.729	6.126	993	27.291
Swaps com Verificação	-	-	14	518	532
Verificação de Swap	-	-	16	523	539
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	45	717	535	4.623	5.920

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2012		31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
<b>Contratos de futuros</b>	<b>537.449</b>		<b>46</b>	<b>(69)</b>	<b>(23)</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>349.872</b>		<b>47</b>	<b>-</b>	<b>47</b>
Moeda Estrangeira	15.013		29	-	29
Mercado Interfinanceiro	289.816		11	-	11
Índices	38.012		6	-	6
Títulos	6.731		-	-	-
Commodities	294		1	-	1
Outros	6		-	-	-
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>187.577</b>		<b>(1)</b>	<b>(69)</b>	<b>(70)</b>
Moeda Estrangeira	58.848		2	(68)	(66)
Mercado Interfinanceiro	107.854		(5)	-	(5)
Índices	13.429		2	(1)	1
Títulos	7.196		-	-	-
Commodities	250		-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>			<b>(906)</b>	<b>(476)</b>	<b>(1.382)</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>130.949</b>		<b>2.131</b>	<b>1.555</b>	<b>3.686</b>
Moeda Estrangeira	12.851		518	140	658
Mercado Interfinanceiro	44.778		366	(7)	359
Prefixados	35.527		444	379	823
Pós-Fixados	4.742		13	4	17
Índices	32.492		741	1.011	1.752
Títulos	559		49	25	74
Outros	-		-	3	3
<b>Posição Passiva</b>	<b>131.855</b>		<b>(3.037)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(5.068)</b>
Moeda Estrangeira	14.899		(860)	(227)	(1.087)
Mercado Interfinanceiro	28.081		(89)	24	(65)
Prefixados	45.070		(735)	(444)	(1.179)
Pós-Fixados	6.652		(54)	(4)	(58)
Índices	36.526		(1.184)	(1.410)	(2.594)
Títulos	569		(115)	30	(85)
Commodities	28		-	-	-
Outros	30		-	-	-
<b>Contratos de Opções</b>	<b>2.027.095</b>		<b>(168)</b>	<b>(207)</b>	<b>(375)</b>
<b>De Compra - Posição Comprada</b>	<b>525.476</b>		<b>428</b>	<b>(202)</b>	<b>226</b>
Moeda Estrangeira	15.634		227	(109)	118
Mercado Interfinanceiro	80.332		57	(55)	2
Pós-Fixados	174		1	(1)	-
Índices	428.463		125	(46)	79
Títulos	632		7	13	20
Commodities	200		11	(4)	7
Outros	41		-	-	-
<b>De Venda - Posição Comprada</b>	<b>578.535</b>		<b>1.058</b>	<b>622</b>	<b>1.680</b>
Moeda Estrangeira	12.098		130	(16)	114
Mercado Interfinanceiro	20.343		125	100	225
Pós-Fixados	923		1	-	1
Índices	541.676		614	478	1.092
Títulos	3.054		165	37	202
Commodities	109		11	(3)	8
Outros	332		12	26	38
<b>De Compra - Posição Vendida</b>	<b>296.683</b>		<b>(473)</b>	<b>263</b>	<b>(210)</b>
Moeda Estrangeira	11.990		(212)	91	(121)
Mercado Interfinanceiro	45.296		(47)	46	(1)
Índices	238.695		(195)	139	(56)
Títulos	592		(7)	(17)	(24)
Commodities	84		(12)	5	(7)
Outros	26		-	(1)	(1)
<b>De Venda - Posição Vendida</b>	<b>626.401</b>		<b>(1.181)</b>	<b>(890)</b>	<b>(2.071)</b>
Moeda Estrangeira	9.379		(178)	6	(172)
Mercado Interfinanceiro	117.429		(143)	(322)	(465)
Índices	497.633		(668)	(513)	(1.181)
Títulos	1.455		(168)	(38)	(206)
Commodities	173		(12)	3	(9)
Outros	332		(12)	(26)	(38)



	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
<b>Contratos a Termo</b>	<b>23.641</b>	<b>1.227</b>	<b>10</b>	<b>1.237</b>
<b>Compras a Receber</b>	<b>4.103</b>	<b>1.170</b>	<b>(3)</b>	<b>1.167</b>
Moeda Estrangeira	3.116	185	(3)	182
Prefixados	727	727	-	727
Pós-Fixados	258	258	-	258
Commodities	-	-	-	-
<b>Obrigações por Compra a Pagar</b>	<b>5.894</b>	<b>(1.077)</b>	<b>13</b>	<b>(1.064)</b>
Moeda Estrangeira	5.759	(82)	13	(69)
Prefixados	-	(727)	-	(727)
Pós-Fixados	-	(258)	-	(258)
Commodities	135	(10)	-	(10)
<b>Vendas a Receber</b>	<b>12.054</b>	<b>2.368</b>	<b>(5)</b>	<b>2.363</b>
Moeda Estrangeira	6.788	107	(3)	104
Mercado Interfinanceiro	2.908	7	-	7
Prefixados	868	891	(1)	890
Pós-Fixados	395	396	(1)	395
Índices	5	5	-	5
Títulos	961	951	(2)	949
Commodities	129	11	2	13
<b>Obrigações por Venda a Entregar</b>	<b>1.590</b>	<b>(1.234)</b>	<b>5</b>	<b>(1.229)</b>
Moeda Estrangeira	1.558	(58)	4	(54)
Prefixados	-	(779)	-	(779)
Pós-Fixados	-	(396)	1	(395)
Commodities	32	(1)	-	(1)
<b>Derivativos de Crédito</b>	<b>6.198</b>	<b>630</b>	<b>8</b>	<b>638</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>3.150</b>	<b>734</b>	<b>(6)</b>	<b>728</b>
Prefixados	2.307	734	(12)	722
Títulos	650	-	5	5
Outros	193	-	1	1
<b>Posição Passiva</b>	<b>3.048</b>	<b>(104)</b>	<b>14</b>	<b>(90)</b>
Prefixados	2.810	(104)	20	(84)
Títulos	232	-	(6)	(6)
Outros	6	-	-	-
<b>Forwards</b>	<b>39.875</b>	<b>(47)</b>	<b>80</b>	<b>33</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>18.969</b>	<b>315</b>	<b>64</b>	<b>379</b>
Moeda Estrangeira	18.522	305	64	369
Pós-Fixados	410	8	-	8
Índices	25	2	-	2
Títulos	12	-	-	-
<b>Posição Passiva</b>	<b>20.906</b>	<b>(362)</b>	<b>16</b>	<b>(346)</b>
Moeda Estrangeira	20.890	(362)	16	(346)
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-
Índices	2	-	-	-
<b>Swap com Verificação</b>	<b>1.087</b>	<b>(1)</b>	<b>(41)</b>	<b>(42)</b>
<b>Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro</b>	<b>543</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição Passiva</b>	<b>544</b>	<b>(1)</b>	<b>(41)</b>	<b>(42)</b>
Moeda Estrangeira	479	(1)	(40)	(41)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
<b>Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira</b>	<b>547</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
<b>Outros Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.677</b>	<b>276</b>	<b>131</b>	<b>407</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>5.493</b>	<b>1.291</b>	<b>42</b>	<b>1.333</b>
Moeda Estrangeira	485	104	5	109
Prefixados	1.633	776	40	816
Pós-Fixados	285	262	-	262
Títulos	2.994	149	(4)	145
Outros	96	-	1	1
<b>Posição Passiva</b>	<b>1.184</b>	<b>(1.015)</b>	<b>89</b>	<b>(926)</b>
Moeda Estrangeira	179	(92)	94	2
Prefixados	-	(637)	2	(635)
Pós-Fixados	-	(286)	(1)	(287)
Títulos	819	-	(5)	(5)
Outros	186	-	(1)	(1)
	<b>ATIVO</b>	<b>9.495</b>	<b>2.102</b>	<b>11.597</b>
	<b>PASSIVO</b>	<b>(8.438)</b>	<b>(2.631)</b>	<b>(11.069)</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.057</b>	<b>(529)</b>	<b>528</b>

**Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:**

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2012
Contrato de Futuros	107.856	116.709	147.543	165.341	537.449
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	14.159	29.218	21.019	64.422	128.818
Contratos de Opções	1.000.052	97.773	420.582	508.688	2.027.095
Contratos a Termo	7.057	9.140	3.512	3.932	23.641
Derivativos de Crédito	224	1.806	154	4.014	6.198
Forwards	11.037	22.537	4.186	2.115	39.875
Swaps com Verificação	-	-	-	543	543
Verificação de Swap	-	-	-	547	547
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	132	1.498	710	4.337	6.677

## Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/03/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
<b>ATIVO</b>								
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>3.360</b>	<b>36,2</b>	<b>65</b>	<b>227</b>	<b>499</b>	<b>446</b>	<b>627</b>	<b>1.496</b>
BM&F Bovespa	412	4,4	2	10	10	52	110	228
Instituições Financeiras	371	4,0	11	68	90	28	29	145
Empresas	2.526	27,2	52	147	392	355	485	1.095
Pessoas Físicas	51	0,6	-	2	7	11	3	28
<b>Contratos de Opções</b>	<b>963</b>	<b>10,4</b>	<b>145</b>	<b>124</b>	<b>311</b>	<b>257</b>	<b>79</b>	<b>47</b>
BM&F Bovespa	485	5,2	76	31	225	153	-	-
Instituições Financeiras	147	1,6	22	22	21	32	36	14
Empresas	331	3,6	47	71	65	72	43	33
<b>Contratos a Termo</b>	<b>3.264</b>	<b>35,2</b>	<b>473</b>	<b>423</b>	<b>366</b>	<b>101</b>	<b>943</b>	<b>958</b>
BM&F Bovespa	633	6,8	258	245	105	25	-	-
Instituições Financeiras	79	0,9	50	4	4	19	2	-
Empresas	2.551	27,5	165	174	257	57	941	957
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
<b>Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras</b>	<b>759</b>	<b>8,2</b>	<b>108</b>	<b>405</b>	<b>162</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>81</b>
<b>Forwards</b>	<b>246</b>	<b>2,7</b>	<b>42</b>	<b>45</b>	<b>39</b>	<b>47</b>	<b>36</b>	<b>37</b>
Instituições Financeiras	100	1,1	28	27	20	24	1	-
Empresas	144	1,6	12	18	19	23	35	37
Pessoas Físicas	2	0,0	2	-	-	-	-	-
<b>Verificação de Swap - Empresas</b>	<b>32</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>31</b>
<b>Outros</b>	<b>642</b>	<b>7,0</b>	<b>-</b>	<b>252</b>	<b>65</b>	<b>13</b>	<b>64</b>	<b>248</b>
Instituições Financeiras	190	2,1	-	-	65	1	20	104
Empresas	452	4,9	-	252	-	12	44	144
<b>Total (*)</b>	<b>9.266</b>	<b>100,0</b>	<b>833</b>	<b>1.476</b>	<b>1.442</b>	<b>865</b>	<b>1.752</b>	<b>2.898</b>
% por prazo de vencimento			9,0	15,9	15,6	9,3	18,9	31,3

(\*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 4.616 referem-se ao circulante e R\$ 4.650 ao não circulante.

## Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
<b>ATIVO</b>								
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>3.686</b>	<b>31,7</b>	<b>275</b>	<b>215</b>	<b>171</b>	<b>519</b>	<b>568</b>	<b>1.938</b>
BM&F Bovespa	471	4,1	5	10	13	17	145	281
Instituições Financeiras	420	3,6	86	137	19	27	32	119
Empresas	2.746	23,6	180	68	136	463	389	1.510
Pessoas Físicas	49	0,4	4	-	3	12	2	28
<b>Contratos de Opções</b>	<b>1.906</b>	<b>16,4</b>	<b>936</b>	<b>176</b>	<b>83</b>	<b>295</b>	<b>358</b>	<b>58</b>
BM&F Bovespa	1.396	12,0	853	31	14	220	278	-
Instituições Financeiras	118	1,0	26	32	20	17	16	7
Empresas	392	3,4	57	113	49	58	64	51
<b>Contratos a Termo</b>	<b>3.530</b>	<b>30,5</b>	<b>547</b>	<b>652</b>	<b>677</b>	<b>427</b>	<b>718</b>	<b>509</b>
BM&F Bovespa	961	8,3	285	502	149	25	-	-
Instituições Financeiras	172	1,5	171	1	-	-	-	-
Empresas	2.396	20,7	91	149	528	402	718	508
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
<b>Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras</b>	<b>728</b>	<b>6,3</b>	<b>119</b>	<b>564</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>41</b>
<b>Forwards</b>	<b>379</b>	<b>3,3</b>	<b>66</b>	<b>86</b>	<b>56</b>	<b>58</b>	<b>49</b>	<b>64</b>
Instituições Financeiras	126	1,1	38	45	26	14	2	1
Empresas	253	2,2	28	41	30	44	47	63
<b>Verificação de Swap - Empresas</b>	<b>35</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>34</b>
<b>Outros</b>	<b>1.333</b>	<b>11,5</b>	<b>-</b>	<b>900</b>	<b>-</b>	<b>90</b>	<b>60</b>	<b>283</b>
Instituições Financeiras	786	6,8	-	576	-	71	6	133
Empresas	547	4,7	-	324	-	19	54	150
<b>Total (*)</b>	<b>11.597</b>	<b>100,0</b>	<b>1.943</b>	<b>2.593</b>	<b>988</b>	<b>1.390</b>	<b>1.756</b>	<b>2.927</b>
% por prazo de vencimento			16,8	22,4	8,5	12,0	15,1	25,2

(\*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.914 referem-se ao circulante e R\$ 4.683 ao não circulante.

31/03/2013

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
<b>PASSIVO</b>								
<b>Contrato de Futuros - BM&amp;F Bovespa</b>	<b>(116)</b>	<b>1,4</b>	-	<b>(60)</b>	<b>(1)</b>	<b>(5)</b>	<b>(32)</b>	<b>(18)</b>
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar</b>	<b>(4.146)</b>	<b>49,5</b>	<b>(117)</b>	<b>(456)</b>	<b>(319)</b>	<b>(374)</b>	<b>(672)</b>	<b>(2.208)</b>
BM&F Bovespa	(764)	9,1	-	(178)	-	(90)	(100)	(396)
Instituições Financeiras	(807)	9,6	(37)	(55)	(121)	(112)	(77)	(405)
Empresas	(2.540)	30,4	(78)	(219)	(193)	(161)	(493)	(1.396)
Pessoas Físicas	(35)	0,4	(2)	(4)	(5)	(11)	(2)	(11)
<b>Contratos de Opções</b>	<b>(1.071)</b>	<b>12,8</b>	<b>(84)</b>	<b>(249)</b>	<b>(208)</b>	<b>(397)</b>	<b>(87)</b>	<b>(46)</b>
BM&F Bovespa	(475)	5,7	(35)	(110)	(98)	(232)	-	-
Instituições Financeiras	(297)	3,5	(11)	(71)	(50)	(86)	(46)	(33)
Empresas	(299)	3,6	(38)	(68)	(60)	(79)	(41)	(13)
<b>Contratos a Termo</b>	<b>(2.545)</b>	<b>30,3</b>	<b>(201)</b>	<b>(119)</b>	<b>(249)</b>	<b>(101)</b>	<b>(930)</b>	<b>(945)</b>
BM&F Bovespa	(28)	0,3	(28)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(71)	0,8	(27)	(17)	(3)	(22)	(1)	(1)
Empresas	(2.446)	29,2	(146)	(102)	(246)	(79)	(929)	(944)
<b>Derivativos de Crédito</b>	<b>(107)</b>	<b>1,3</b>	-	<b>(1)</b>	<b>(5)</b>	-	<b>(18)</b>	<b>(83)</b>
Instituições Financeiras	(101)	1,2	-	(1)	(5)	-	(18)	(77)
Empresas	(6)	0,1	-	-	-	-	-	(6)
<b>Forwards</b>	<b>(121)</b>	<b>1,4</b>	<b>(32)</b>	<b>(28)</b>	<b>(30)</b>	<b>(28)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
Instituições Financeiras	(88)	1,0	(29)	(23)	(12)	(24)	-	-
Empresas	(33)	0,4	(3)	(5)	(18)	(4)	(2)	(1)
<b>Swaps com Verificação - Empresas</b>	<b>(31)</b>	<b>0,4</b>	-	-	-	-	<b>(1)</b>	<b>(30)</b>
<b>Outros Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>(248)</b>	<b>2,9</b>	-	<b>(146)</b>	<b>(81)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>(16)</b>
Instituições Financeiras	(94)	1,1	-	-	(81)	-	-	(13)
Empresas	(154)	1,8	-	(146)	-	(3)	(2)	(3)
<b>Total (*)</b>	<b>(8.385)</b>	<b>100,0</b>	<b>(434)</b>	<b>(1.059)</b>	<b>(893)</b>	<b>(908)</b>	<b>(1.744)</b>	<b>(3.347)</b>
% por prazo de vencimento			5,2	12,6	10,6	10,8	20,8	39,9

(\*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (3.294) referem-se ao circulante e R\$ (5.091) ao não circulante.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
<b>PASSIVO</b>								
<b>Contrato de Futuros - BM&amp;F Bovespa</b>	<b>(23)</b>	<b>0,2</b>	-	-	-	<b>(8)</b>	<b>(6)</b>	<b>(9)</b>
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar</b>	<b>(5.068)</b>	<b>45,8</b>	<b>(351)</b>	<b>(186)</b>	<b>(536)</b>	<b>(404)</b>	<b>(902)</b>	<b>(2.689)</b>
BM&F Bovespa	(819)	7,4	(3)	(10)	(169)	(13)	(170)	(454)
Instituições Financeiras	(1.111)	10,0	(238)	(78)	(66)	(184)	(100)	(445)
Empresas	(2.882)	26,1	(102)	(87)	(294)	(195)	(623)	(1.581)
Pessoas Físicas	(256)	2,3	(8)	(11)	(7)	(12)	(9)	(209)
<b>Contratos de Opções</b>	<b>(2.281)</b>	<b>20,5</b>	<b>(1.145)</b>	<b>(152)</b>	<b>(145)</b>	<b>(275)</b>	<b>(508)</b>	<b>(56)</b>
BM&F Bovespa	(1.720)	15,5	(1.104)	(34)	(31)	(131)	(420)	-
Instituições Financeiras	(335)	3,0	(24)	(91)	(54)	(52)	(64)	(50)
Empresas	(226)	2,0	(17)	(27)	(60)	(92)	(24)	(6)
<b>Contratos a Termo</b>	<b>(2.293)</b>	<b>20,7</b>	<b>(152)</b>	<b>(50)</b>	<b>(492)</b>	<b>(381)</b>	<b>(710)</b>	<b>(508)</b>
Instituições Financeiras	(138)	1,2	(131)	-	(1)	(1)	(5)	-
Empresas	(2.155)	19,5	(21)	(50)	(491)	(380)	(705)	(508)
<b>Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras</b>	<b>(90)</b>	<b>0,8</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>	-	-	<b>(7)</b>	<b>(78)</b>
<b>Forwards</b>	<b>(346)</b>	<b>3,2</b>	<b>(72)</b>	<b>(153)</b>	<b>(40)</b>	<b>(58)</b>	<b>(18)</b>	<b>(5)</b>
Instituições Financeiras	(185)	1,7	(48)	(77)	(26)	(33)	(1)	-
Empresas	(161)	1,5	(24)	(76)	(14)	(25)	(17)	(5)
<b>Swaps com Verificação - Empresas</b>	<b>(42)</b>	<b>0,4</b>	-	-	-	-	<b>(1)</b>	<b>(41)</b>
<b>Outros Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>(926)</b>	<b>8,4</b>	-	<b>(826)</b>	<b>(1)</b>	<b>(85)</b>	<b>(2)</b>	<b>(12)</b>
Instituições Financeiras	(606)	5,5	-	(512)	-	(84)	-	(10)
Empresas	(320)	2,9	-	(314)	(1)	(1)	(2)	(2)
<b>Total (*)</b>	<b>(11.069)</b>	<b>100,0</b>	<b>(1.724)</b>	<b>(1.368)</b>	<b>(1.214)</b>	<b>(1.211)</b>	<b>(2.154)</b>	<b>(3.398)</b>
% por prazo de vencimento			15,6	12,4	11,0	10,9	19,5	30,6

(\*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.517) referem-se ao circulante e R\$ (5.552) ao não circulante.

**Ganhos e (Perdas) Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos**

	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
Swap	302	13
Termo	19	14
Futuro	(430)	(127)
Opções	379	394
Derivativos de Crédito	35	57
Outros	(248)	(192)
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>159</b>

## a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

### Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

### Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/03/2013						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
<b>Por Instrumento</b>						
CDS	4.017	602	2.358	1.036	21	(89)
TRS	1.267	1.257	10	-	-	664
<b>Total por Instrumento</b>	<b>5.284</b>	<b>1.859</b>	<b>2.368</b>	<b>1.036</b>	<b>21</b>	<b>575</b>
<b>Por Classificação de Risco</b>						
Grau de Investimento	5.284	1.859	2.368	1.036	21	575
<b>Total por Risco</b>	<b>5.284</b>	<b>1.859</b>	<b>2.368</b>	<b>1.036</b>	<b>21</b>	<b>575</b>
<b>Por Entidade de Referência</b>						
Entidades Privadas	5.284	1.859	2.368	1.036	21	575
<b>Total por Entidade</b>	<b>5.284</b>	<b>1.859</b>	<b>2.368</b>	<b>1.036</b>	<b>21</b>	<b>575</b>

31/12/2012						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
<b>Por Instrumento</b>						
CDS	3.847	858	1.983	1.006	-	(72)
TRS	1.285	1.275	10	-	-	672
<b>Total por Instrumento</b>	<b>5.132</b>	<b>2.133</b>	<b>1.993</b>	<b>1.006</b>	<b>-</b>	<b>600</b>
<b>Por Classificação de Risco</b>						
Grau de Investimento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
<b>Total por Risco</b>	<b>5.132</b>	<b>2.133</b>	<b>1.993</b>	<b>1.006</b>	<b>-</b>	<b>600</b>
<b>Por Entidade de Referência</b>						
Entidades Privadas	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
<b>Total por Entidade</b>	<b>5.132</b>	<b>2.133</b>	<b>1.993</b>	<b>1.006</b>	<b>-</b>	<b>600</b>

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

<b>31/03/2013</b>			
	<b>Valor Nominal da Proteção Vendida</b>	<b>Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico</b>	<b>Posição Líquida</b>
CDS	(4.017)	1.563	(2.454)
TRS	(1.267)	-	(1.267)
<b>Total</b>	<b>(5.284)</b>	<b>1.563</b>	<b>(3.721)</b>

  

<b>31/12/2012</b>			
	<b>Valor Nominal da Proteção Vendida</b>	<b>Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico</b>	<b>Posição Líquida</b>
CDS	(3.847)	1.066	(2.781)
TRS	(1.285)	-	(1.285)
<b>Total</b>	<b>(5.132)</b>	<b>1.066</b>	<b>(4.066)</b>



## NOTA 09 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

### Hedge de fluxo de caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

As estratégias de hedge accounting foram inicialmente designadas em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (hedge de ações preferenciais resgatáveis) e 2010 (hedge de depósitos denominados em reais e operações compromissadas), e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2013 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a Moeda Funcional e o Dólar.

## Hedge de investimento líquido de operações no exterior

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, mas o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

## Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros. Os objetos de hedge são ativos pré-fixados, denominados em UF (unidade de fomento), emitidos no Chile, com vencimentos entre 2020 e 2028.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela ICPR (Índice de Camera Promédio Real) e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo da taxa ICPR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método percentagem *approach*. O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de hedge) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2020 e 2028. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	31/03/2013			31/12/2012		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(118)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(316)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Swap de Taxa de Juros	(15)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
<b>Total</b>	<b>(133)</b>		<b>-</b>	<b>(326)</b>		<b>-</b>

(\*) Em 31/03/2013, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (174) (R\$ (376) em 31/12/2012). O montante transferido do Patrimônio Líquido para o Resultado referente a operações inefetivas no período de 01/01 a 31/03/2013 foi de R\$ (11) (R\$ (3) de 01/01/a 31/03/2012).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	31/03/2013			31/12/2012		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.351)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	60	(1.473)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	66
Forward	198	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	(6)	67	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	(6)
NDF (2)	173	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	3	207	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	4
Ativos Financeiros	7	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
<b>Total</b>	<b>(973)</b>		<b>57</b>	<b>(1.199)</b>		<b>64</b>

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior;

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo	31/03/2013			Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Instrumento de Hedge	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Objeto de Hedge (Parcela Efetiva)	Ganho ou (Perda) reconhecido no Resultado (Parcela Inefetiva)	
Swap de Taxa de Juros	1	(1)	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo	31/12/2012			Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Instrumento de Hedge	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Objeto de Hedge (Parcela Efetiva)	Ganho ou (Perda) reconhecido no Resultado (Parcela Inefetiva)	
Swap de Taxa de Juros	4	(4)	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias	31/03/2013			31/12/2012		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	13.512	6	13.512	50.057	1	50.193
Hedge de ações preferências resgatáveis	792	(15)	792	803	(20)	803
Hedge de CDB subordinado	87	-	131	87	-	129
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	9.904	(50)	5.942	8.593	30	5.156
Hedge de Valor Justo de recebimento de juros	800	1	800	470	4	470
<b>Total</b>	<b>25.095</b>	<b>(58)</b>	<b>21.177</b>	<b>60.010</b>	<b>15</b>	<b>56.751</b>

(\*) Os Instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40% referente a impostos.

Prazo de Vencimento	Estratégias					Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	Hedge de Valor Justo	
2013	8.175	-	-	9.904	-	18.079
2014	3.988	-	87	-	-	4.075
2015	523	792	-	-	-	1.315
2017	826	-	-	-	-	826
2020	-	-	-	-	45	45
2022	-	-	-	-	205	205
2023	-	-	-	-	194	194
2025	-	-	-	-	46	46
2027	-	-	-	-	164	164
2028	-	-	-	-	146	146
<b>Total</b>	<b>13.512</b>	<b>792</b>	<b>87</b>	<b>9.904</b>	<b>800</b>	<b>25.095</b>

## NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2013				31/12/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	246	6	-	252	250	5	-	255
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	16.704	350	(92)	16.962	24.706	847	(91)	25.462
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	18.575	345	(170)	18.750	17.217	868	(20)	18.065
<b>Títulos Públicos - Outros Países (1c)</b>	<b>5.624</b>	<b>5</b>	<b>(67)</b>	<b>5.562</b>	<b>7.174</b>	<b>6</b>	<b>(43)</b>	<b>7.137</b>
Estados Unidos	375	1	-	376	375	-	-	375
Dinamarca	2.234	-	-	2.234	2.554	-	-	2.554
Coréia	426	-	-	426	1.662	-	-	1.662
Chile	1.189	-	(1)	1.188	1.538	2	(6)	1.534
Paraguai	825	-	(65)	760	528	-	(37)	491
Uruguai	249	1	(1)	249	292	2	-	294
Bélgica	154	2	-	156	70	1	-	71
França	87	1	-	88	56	1	-	57
Reino Unido	-	-	-	-	83	-	-	83
Holanda	53	-	-	53	-	-	-	-
Outros	32	-	-	32	16	-	-	16
<b>Títulos de Dívida de Empresas (1d)</b>	<b>38.322</b>	<b>1.591</b>	<b>(194)</b>	<b>39.719</b>	<b>38.228</b>	<b>1.862</b>	<b>(140)</b>	<b>39.950</b>
Ações Negociáveis	3.215	579	(102)	3.692	3.350	553	(91)	3.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.019	420	(38)	8.401	7.916	681	(29)	8.568
Certificado de Depósito Bancário	425	-	-	425	391	-	-	391
Debêntures	12.894	367	(11)	13.250	13.656	316	(8)	13.964
Euro Bonds e Assemelhados	5.088	220	(19)	5.289	5.311	297	(12)	5.596
Notas Promissórias	727	-	-	727	777	-	-	777
Cédula de Produtor Rural	852	1	(3)	850	770	8	-	778
Letras Financeiras	6.777	-	(2)	6.775	5.720	-	-	5.720
Outros	325	4	(19)	310	337	7	-	344
<b>Total</b>	<b>79.471</b>	<b>2.297</b>	<b>(523)</b>	<b>81.245</b>	<b>87.575</b>	<b>3.588</b>	<b>(294)</b>	<b>90.869</b>

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 4.605 (R\$ 9.969 em 31/12/2012), b) R\$ 12.939 (R\$ 11.646 em 31/12/2012), c) R\$ 35 (R\$ 450 em 31/12/2012) e d) R\$ 3.969 (R\$ 3.864 em 31/12/2012), totalizando R\$ 21.548 (R\$ 25.929 em 31/12/2012).

## Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ganhos	129	262
Perdas	(137)	(45)
<b>Total</b>	<b>(8)</b>	<b>217</b>

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo
<b>Circulante</b>	<b>18.835</b>	<b>19.393</b>	<b>25.963</b>	<b>26.515</b>
Sem vencimento	3.456	3.940	3.595	4.060
Até um ano	15.379	15.453	22.368	22.455
<b>Não Circulante</b>	<b>60.636</b>	<b>61.852</b>	<b>61.612</b>	<b>64.354</b>
De um a cinco anos	28.334	28.605	28.914	29.470
De cinco a dez anos	19.189	19.294	19.924	20.480
Após dez anos	13.113	13.953	12.774	14.404
<b>Total</b>	<b>79.471</b>	<b>81.245</b>	<b>87.575</b>	<b>90.869</b>

Durante o período findo em 31/03/2013 e 31/03/2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

## NOTA 11 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
<b>Títulos Públicos do Governo Brasileiro</b>	<b>3.188</b>	<b>3.013</b>
<b>Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)</b>	<b>119</b>	<b>118</b>
<b>Títulos Públicos - Outros Países</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>Títulos de Dívida de Empresas (1b)</b>	<b>51</b>	<b>51</b>
<b>Total</b>	<b>3.377</b>	<b>3.202</b>

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 115 (R\$ 76 em 31/12/2012) e b) R\$ 43 (R\$ 44 em 31/12/2012), totalizando R\$ 158 (R\$ 120 em 31/12/2012).

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 90 (R\$ 77 de 01/01 a 31/03/2012).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Custo Amortizado</b>
<b>Circulante</b>	<b>179</b>	<b>188</b>
Até um ano	179	188
<b>Não Circulante</b>	<b>3.198</b>	<b>3.014</b>
De um a cinco anos	148	147
De cinco a dez anos	1.118	1.087
Após dez anos	1.932	1.780
<b>Total</b>	<b>3.377</b>	<b>3.202</b>

Durante o período findo em 31/03/2013 e 31/03/2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

## NOTA 12 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

### a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

<b>Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>153.211</b>	<b>150.879</b>
Cartão de Crédito	41.307	40.531
Crédito Pessoal	43.800	40.655
Veículos	48.939	51.646
Crédito Imobiliário	19.165	18.047
<b>Grandes Empresas</b>	<b>107.148</b>	<b>103.771</b>
<b>Micro/Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>83.326</b>	<b>85.185</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>28.330</b>	<b>27.149</b>
<b>Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro</b>	<b>372.015</b>	<b>366.984</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.024)	(25.713)
<b>Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>346.991</b>	<b>341.271</b>

  

<b>Por vencimento</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Vencidas a partir de 1 dia	15.110	13.234
A vencer até 3 meses	104.130	101.273
A vencer de 3 a 12 meses	90.306	94.350
A vencer acima de um ano	162.469	158.127
<b>Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro</b>	<b>372.015</b>	<b>366.984</b>

  

<b>Por Concentração</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Principal Devedor	3.921	4.186
10 Maiores Devedores	18.335	18.429
20 Maiores Devedores	26.404	26.751
50 Maiores Devedores	41.826	41.798
100 Maiores Devedores	57.351	57.034

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 619 e R\$ 633 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2013 e 31/03/2012, respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.



**b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas 01/01 a 31/03/2013	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/03/2013	Saldo Final 31/03/2013
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>14.841</b>	<b>435</b>	<b>(3.845)</b>	<b>3.660</b>	<b>15.091</b>
Cartão de Crédito	2.863	357	(1.289)	1.052	2.983
Crédito Pessoal	7.705	78	(1.863)	2.057	7.977
Veículos	4.227	-	(686)	535	4.076
Crédito Imobiliário	46	-	(7)	16	55
<b>Grandes Empresas</b>	<b>1.365</b>	<b>-</b>	<b>(53)</b>	<b>(28)</b>	<b>1.284</b>
<b>Micros/Pequenas e Médias</b>	<b>9.091</b>	<b>-</b>	<b>(2.076)</b>	<b>1.184</b>	<b>8.199</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>416</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>45</b>	<b>450</b>
<b>Total</b>	<b>25.713</b>	<b>435</b>	<b>(5.985)</b>	<b>4.861</b>	<b>25.024</b>

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2011	Baixas 01/01 a 31/12/2012	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2012	Saldo Final 31/12/2012
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>13.679</b>	<b>(13.199)</b>	<b>14.361</b>	<b>14.841</b>
Cartão de Crédito	3.825	(5.335)	4.373	2.863
Crédito Pessoal	5.393	(5.134)	7.446	7.705
Veículos	4.415	(2.696)	2.508	4.227
Crédito Imobiliário	46	(34)	34	46
<b>Grandes Empresas</b>	<b>708</b>	<b>(314)</b>	<b>971</b>	<b>1.365</b>
<b>Micros/Pequenas e Médias</b>	<b>9.197</b>	<b>(8.407)</b>	<b>8.301</b>	<b>9.091</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>289</b>	<b>(222)</b>	<b>349</b>	<b>416</b>
<b>Total</b>	<b>23.873</b>	<b>(22.142)</b>	<b>23.982</b>	<b>25.713</b>

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/03/2013	31/12/2012
Setor Público	6	2
Indústria e Comércio	5.878	6.443
Serviços	3.410	3.742
Setor Primário	318	411
Outros Setores	14	16
Pessoa Física	15.398	15.099
<b>Total</b>	<b>25.024</b>	<b>25.713</b>

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/03/2013						31/12/2012					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
<b>I - Operações Avaliadas Individualmente</b>												
<b>Grandes Empresas (*)</b>	<b>1.553</b>	<b>899</b>	<b>105.595</b>	<b>385</b>	<b>107.148</b>	<b>1.284</b>	<b>1.467</b>	<b>845</b>	<b>102.304</b>	<b>520</b>	<b>103.771</b>	<b>1.365</b>
<b>II - Operações Avaliadas Coletivamente</b>												
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>11.519</b>	<b>7.250</b>	<b>141.692</b>	<b>7.841</b>	<b>153.211</b>	<b>15.091</b>	<b>11.593</b>	<b>7.530</b>	<b>139.286</b>	<b>7.311</b>	<b>150.879</b>	<b>14.841</b>
Cartão de Crédito	2.305	1.411	39.002	1.572	41.307	2.983	2.296	1.463	38.235	1.400	40.531	2.863
Crédito Pessoal	4.726	3.189	39.074	4.788	43.800	7.977	4.862	3.397	35.793	4.308	40.655	7.705
Veículos	4.269	2.623	44.670	1.453	48.939	4.076	4.250	2.647	47.396	1.580	51.646	4.227
Crédito Imobiliário	219	27	18.946	28	19.165	55	185	23	17.862	23	18.047	46
<b>Micro/Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>5.810</b>	<b>4.381</b>	<b>77.516</b>	<b>3.818</b>	<b>83.326</b>	<b>8.199</b>	<b>6.335</b>	<b>4.886</b>	<b>78.850</b>	<b>4.205</b>	<b>85.185</b>	<b>9.091</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>149</b>	<b>77</b>	<b>28.181</b>	<b>373</b>	<b>28.330</b>	<b>450</b>	<b>116</b>	<b>68</b>	<b>27.033</b>	<b>348</b>	<b>27.149</b>	<b>416</b>
<b>Total</b>	<b>19.031</b>	<b>12.607</b>	<b>352.984</b>	<b>12.417</b>	<b>372.015</b>	<b>25.024</b>	<b>19.511</b>	<b>13.329</b>	<b>347.473</b>	<b>12.384</b>	<b>366.984</b>	<b>25.713</b>

(\*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

**c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)**

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/03/2013		
	Pagamentos	Rendas a	Valor
	Mínimos Futuros	Apropriar	Presente
<b>Circulante</b>	<b>8.818</b>	<b>(1.017)</b>	<b>7.801</b>
Até 1 ano	8.818	(1.017)	7.801
<b>Não Circulante</b>	<b>9.634</b>	<b>(2.423)</b>	<b>7.211</b>
Entre 1 e 5 anos	9.415	(2.376)	7.039
Acima de 5 anos	219	(47)	172
<b>Total</b>	<b>18.452</b>	<b>(3.440)</b>	<b>15.012</b>

	31/12/2012		
	Pagamentos	Rendas a	Valor
	Mínimos Futuros	Apropriar	Presente
<b>Circulante</b>	<b>10.811</b>	<b>(1.168)</b>	<b>9.643</b>
Até 1 ano	10.811	(1.168)	9.643
<b>Não Circulante</b>	<b>10.158</b>	<b>(2.751)</b>	<b>7.407</b>
Entre 1 e 5 anos	9.938	(2.704)	7.234
Acima de 5 anos	220	(47)	173
<b>Total</b>	<b>20.969</b>	<b>(3.919)</b>	<b>17.050</b>

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 1.323 (R\$ 1.513 em 31/12/2012).

**d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/03/2013 e 31/12/2012:

Natureza da Operação	31/03/2013			
	Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	358	381	358	351

(\*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários

Natureza da Operação	31/12/2012			
	Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	394	434	394	400

(\*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários

## NOTA 13 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/03/2013		31/03/2013					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
<b>Associadas</b>								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.991	(1)	94	2.109	34	2.779
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	641	-	35	897	17	-
Outros (d)	-	-	-	-	-	52	(1)	-
<b>Entidades Controladas em Conjunto</b>								
MCC Securities Inc.(e)	50,00	50,00	24	-	2	67	1	-
Outros (f)	-	-	-	-	-	22	1	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>3.147</b>	<b>52</b>	-

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012			31/03/2012		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
<b>Associadas</b>								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.898	4	2.076	2.309	73	23
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	607	-	880	-	-	-
Banco BPI S.A. (g )	-	-	-	-	-	-	(368)	(69)
Serasa S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	21	5
Outros (d)	-	-	-	-	49	-	-	1
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>3.005</b>	-	-	<b>(40)</b>

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/03/2013 a posição de 28/02/2013 e em 31/12/2012 a posição de 30.11.2012, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 825 em 31 de março de 2013 e R\$ 832 em 31 de dezembro de 2012, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31 de março de 2013 que corresponde ao ágio.

(d) Em 31/03/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (31,84% capital total e votante e 30,06% capital total e votante em 31/12/2012); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante);Redebanc SRL (20,00% capital total e votante ) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(e) Em 01/08/2011 a BICSA Holdings Ltd. adquiriu 3.000.001 ações ordinárias da MCC Securities Inc. o montante do investimento inclui o valor de R\$ 55 em 31 de março de 2013 que corresponde ao ágio.

(f) Em 31/03/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: MCC Corredora de Bolsa S.A. (50,05% capital total e votante); Rosefield Finance Ltd. (50,00% capital total e votante);Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50,00% capital total e votante).

(g) Investimento alienado em 20/04/2012.

(h) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detinha 24% no capital votante da Serasa S.A.. Investimento alienado em 23/11/2012 (Nota 25).

Em 31/03/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu/reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 161 em 31/12/2012.

## b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Total de Ativos	3.660	3.505	-
Total de Passivos	3	-	-
Total de Receitas (*)	136	-	2.486
Total de Despesas (*)	(5)	-	(2.760)

(\*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 2.392 em 31/03/2012 referente a Receitas e de R\$ 2.760 em 31/03/2012 referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

## NOTA 14 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

### a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 193 (R\$ 248 em 31/12/2012).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>	<b>123</b>	<b>174</b>
Até 1 ano	123	174
<b>Não Circulante</b>	<b>70</b>	<b>74</b>
De 1 a 5 anos	70	74
<b>Total de pagamento mínimos futuros</b>	<b>193</b>	<b>248</b>
(-) Juros futuro	-	-
<b>Valor Presente</b>	<b>193</b>	<b>248</b>

### b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>	<b>788</b>	<b>948</b>
Até 1 ano	788	948
<b>Não Circulante</b>	<b>3.709</b>	<b>3.412</b>
De 1 a 5 anos	3.134	2.910
Mais de 5 anos	575	502
<b>Total de Pagamento Mínimos Futuros</b>	<b>4.497</b>	<b>4.360</b>

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2012	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/03/2013
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Varição Cambial	Outros	
<b>IMÓVEIS DE USO (2)</b>		<b>1.894</b>	<b>116</b>	<b>(19)</b>	-	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>1.987</b>
<b>Terrenos</b>		<b>1.029</b>	-	-	-	<b>(1)</b>	-	-	<b>1.028</b>
<b>Edificações</b>		<b>865</b>	<b>116</b>	<b>(19)</b>	-	-	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>959</b>
Custo		2.472	116	-	-	-	(1)	(2)	2.585
Depreciação Acumulada	4	(1.607)	-	(19)	-	-	-	-	(1.626)
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO</b>		<b>3.734</b>	<b>287</b>	<b>(341)</b>	-	<b>(7)</b>	<b>(2)</b>	<b>2</b>	<b>3.673</b>
<b>Benfeitorias</b>		<b>640</b>	<b>30</b>	<b>(65)</b>	-	-	<b>(4)</b>	<b>8</b>	<b>609</b>
Custo		1.253	30	-	-	(25)	(4)	7	1.261
Depreciação Acumulada	10	(613)	-	(65)	-	25	-	1	(652)
<b>Instalações de Uso</b>		<b>514</b>	<b>32</b>	<b>(19)</b>	-	<b>(1)</b>	<b>2</b>	<b>(4)</b>	<b>524</b>
Custo		872	32	-	-	(1)	-	(3)	900
Depreciação Acumulada	10 a 20	(358)	-	(19)	-	-	2	(1)	(376)
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>		<b>505</b>	<b>17</b>	<b>(20)</b>	-	<b>(2)</b>	-	<b>(2)</b>	<b>498</b>
Custo		922	17	-	-	(2)	(4)	(1)	932
Depreciação Acumulada	10 a 20	(417)	-	(20)	-	-	4	(1)	(434)
<b>Sistema Processamento de Dados (3)</b>		<b>1.816</b>	<b>201</b>	<b>(221)</b>	-	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	-	<b>1.790</b>
Custo		5.480	201	-	-	(72)	(2)	2	5.609
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.664)	-	(221)	-	69	(1)	(2)	(3.819)
<b>Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)</b>		<b>259</b>	<b>7</b>	<b>(16)</b>	-	<b>(1)</b>	<b>3</b>	-	<b>252</b>
Custo		606	7	-	-	(1)	2	-	614
Depreciação Acumulada	10 a 20	(347)	-	(16)	-	-	1	-	(362)
<b>TOTAL IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>5.628</b>	<b>403</b>	<b>(360)</b>	-	<b>(8)</b>	<b>(3)</b>	-	<b>5.660</b>
Custo		12.634	403	-	-	(102)	(9)	3	12.929
Depreciação Acumulada		(7.006)	-	(360)	-	94	6	(3)	(7.269)

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 418, sendo de Imóveis de Uso R\$ 345, Benfeitorias R\$ 18 e Equipamentos R\$ 55;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2012
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Varição Cambial	Outros	
<b>IMÓVEIS DE USO (2)</b>		<b>1.941</b>	<b>278</b>	<b>(78)</b>	-	<b>(182)</b>	<b>4</b>	<b>(69)</b>	<b>1.894</b>
<b>Terrenos</b>		<b>1.184</b>	<b>53</b>	-	-	<b>(173)</b>	<b>2</b>	<b>(37)</b>	<b>1.029</b>
<b>Edificações</b>		<b>757</b>	<b>225</b>	<b>(78)</b>	-	<b>(9)</b>	<b>2</b>	<b>(32)</b>	<b>865</b>
Custo		2.340	225	-	-	(15)	4	(82)	2.472
Depreciação Acumulada	4	(1.583)	-	(78)	-	6	(2)	50	(1.607)
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO</b>		<b>3.417</b>	<b>1.636</b>	<b>(1.268)</b>	-	<b>(64)</b>	<b>22</b>	<b>(9)</b>	<b>3.734</b>
<b>Benfeitorias</b>		<b>638</b>	<b>226</b>	<b>(263)</b>	-	-	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>640</b>
Custo		1.245	226	-	-	(251)	10	23	1.253
Depreciação Acumulada	10	(607)	-	(263)	-	251	3	3	(613)
<b>Instalações de Uso</b>		<b>390</b>	<b>202</b>	<b>(68)</b>	-	-	<b>10</b>	<b>(20)</b>	<b>514</b>
Custo		937	202	-	-	(10)	6	(263)	872
Depreciação Acumulada	10 a 20	(547)	-	(68)	-	10	4	243	(358)
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>		<b>488</b>	<b>139</b>	<b>(77)</b>	-	<b>(23)</b>	<b>(11)</b>	<b>(11)</b>	<b>505</b>
Custo		848	139	-	-	(38)	(14)	(13)	922
Depreciação Acumulada	10 a 20	(360)	-	(77)	-	15	3	2	(417)
<b>Sistema Processamento de Dados (3)</b>		<b>1.644</b>	<b>1.008</b>	<b>(801)</b>	-	<b>(38)</b>	<b>11</b>	<b>(8)</b>	<b>1.816</b>
Custo		4.988	1.008	-	-	(504)	2	(14)	5.480
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.344)	-	(801)	-	466	9	6	(3.664)
<b>Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)</b>		<b>257</b>	<b>61</b>	<b>(59)</b>	-	<b>(3)</b>	<b>(1)</b>	<b>4</b>	<b>259</b>
Custo		548	61	-	-	(7)	-	4	606
Depreciação Acumulada	10 a 20	(291)	-	(59)	-	4	(1)	-	(347)
<b>TOTAL IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>5.358</b>	<b>1.914</b>	<b>(1.346)</b>	-	<b>(246)</b>	<b>26</b>	<b>(78)</b>	<b>5.628</b>
Custo		12.090	1.914	-	-	(998)	10	(382)	12.634
Depreciação Acumulada		(6.732)	-	(1.346)	-	752	16	304	(7.006)

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 349, sendo de Imóveis de Uso R\$ 235, Benfeitorias R\$ 65 e Equipamentos R\$ 49;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 16 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEIS (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 31/12/2012	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/03/2013
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
<b>DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO</b>		<b>698</b>	<b>39</b>	<b>(76)</b>	-	-	-	-	<b>661</b>
Custo		1.479	39	1	-	(153)	-	-	1.366
Amortização Acumulada	Até 9	(781)	-	(77)	-	153	-	-	(705)
<b>OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>		<b>3.973</b>	<b>236</b>	<b>(126)</b>	-	-	<b>(2)</b>	<b>97</b>	<b>4.178</b>
<b>Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços</b>									
<b>Financeiros</b>		<b>1.152</b>	<b>17</b>	<b>(33)</b>	-	-	-	<b>87</b>	<b>1.223</b>
Custo		1.330	17	(13)	-	-	-	96	1.430
Amortização Acumulada	Até 5	(178)	-	(20)	-	-	-	(9)	(207)
<b>Aquisição/Desenvolvimento de Software</b>		<b>2.397</b>	<b>219</b>	<b>(76)</b>	-	-	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>2.553</b>
Custo		3.289	219	-	-	(39)	(2)	(28)	3.439
Amortização Acumulada	20	(892)	-	(76)	-	39	4	39	(886)
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		<b>424</b>	-	<b>(17)</b>	-	-	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>	<b>402</b>
Custo		688	-	-	-	(1)	(9)	(6)	672
Amortização Acumulada	10 a 20	(264)	-	(17)	-	1	5	5	(270)
<b>TOTAL INTANGÍVEIS</b>		<b>4.671</b>	<b>275</b>	<b>(202)</b>	-	-	<b>(2)</b>	<b>97</b>	<b>4.839</b>
Custo		6.786	275	(12)	-	(193)	(11)	62	6.907
Amortização Acumulada		(2.115)	-	(190)	-	193	9	35	(2.068)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.



INTANGÍVEIS (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2012
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
<b>DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO</b>		<b>751</b>	<b>320</b>	<b>(369)</b>	<b>(3)</b>	<b>(1)</b>	-	-	<b>698</b>
Custo		1.648	320	-	(3)	(500)	-	14	1.479
Amortização Acumulada	Até 9	(897)	-	(369)	-	499	-	(14)	(781)
<b>OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>		<b>3.074</b>	<b>1.418</b>	<b>(475)</b>	<b>(4)</b>	<b>(24)</b>	<b>26</b>	<b>(42)</b>	<b>3.973</b>
<b>Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros</b>		<b>1.289</b>	<b>12</b>	<b>(135)</b>	<b>(4)</b>	<b>(24)</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1.152</b>
Custo		1.400	12	-	(4)	(95)	7	10	1.330
Amortização Acumulada	Até 5	(111)	-	(135)	-	71	(1)	(2)	(178)
<b>Aquisição/Desenvolvimento de Software</b>		<b>1.338</b>	<b>1.295</b>	<b>(269)</b>	-	-	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>2.397</b>
Custo		2.133	1.295	-	-	-	8	(147)	3.289
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(269)	-	-	1	171	(892)
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		<b>447</b>	<b>111</b>	<b>(71)</b>	-	-	<b>11</b>	<b>(74)</b>	<b>424</b>
Custo		621	111	-	-	(1)	23	(66)	688
Amortização Acumulada	10 a 20	(174)	-	(71)	-	1	(12)	(8)	(264)
<b>TOTAL INTANGÍVEIS</b>		<b>3.825</b>	<b>1.738</b>	<b>(844)</b>	<b>(7)</b>	<b>(25)</b>	<b>26</b>	<b>(42)</b>	<b>4.671</b>
Custo		5.802	1.738	-	(7)	(596)	38	(189)	6.786
Amortização Acumulada		(1.977)	-	(844)	-	571	(12)	147	(2.115)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

## NOTA 17 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Depósitos Remunerados</b>	<b>144.857</b>	<b>59.980</b>	<b>204.837</b>	<b>140.742</b>	<b>67.542</b>	<b>208.284</b>
Depósitos a Prazo	49.652	59.669	109.321	49.897	67.335	117.232
Depósitos Interfinanceiros	8.133	311	8.444	7.394	207	7.601
Depósito de Poupança	87.072	-	87.072	83.451	-	83.451
<b>Depósitos não Remunerados</b>	<b>33.718</b>	<b>-</b>	<b>33.718</b>	<b>34.916</b>	<b>-</b>	<b>34.916</b>
Depósitos à Vista	33.718	-	33.718	34.916	-	34.916
<b>Total</b>	<b>178.575</b>	<b>59.980</b>	<b>238.555</b>	<b>175.658</b>	<b>67.542</b>	<b>243.200</b>

## NOTA 18 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		
Notas Estruturadas	594	642
<b>Total</b>	<b>594</b>	<b>642</b>

O resultado com Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 32 (R\$ (84) de 01/01 a 31/03/2012).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2013 e 31/12/2012.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 245 (R\$ 298 em 31/12/2012) e títulos de dívida no montante de R\$ 349 (R\$ 344 em 31/12/2012). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/03/2013	31/12/2012
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
<b>Circulante</b>	<b>83</b>	<b>79</b>
Até um ano	83	79
<b>Não Circulante</b>	<b>511</b>	<b>563</b>
De um a cinco anos	416	522
De cinco a dez anos	82	36
Após dez anos	13	5
<b>Total</b>	<b>594</b>	<b>642</b>

**NOTA 19 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS**

**a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários**

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Mercado Aberto</b>	<b>155.739</b>	<b>107.153</b>	<b>262.892</b>	<b>157.120</b>	<b>110.285</b>	<b>267.405</b>
Operações lastreadas com ativos financeiros próprios	84.910	107.153	192.063	57.080	110.285	167.365
Operações lastreadas com ativos financeiros de terceiros	70.829	-	70.829	100.040	-	100.040
<b>Interbancário</b>	<b>54.337</b>	<b>45.020</b>	<b>99.357</b>	<b>53.542</b>	<b>43.531</b>	<b>97.073</b>
Letras Hipotecárias	41	170	211	44	183	227
Letras de Crédito Imobiliário	10.533	1.271	11.804	12.432	864	13.296
Letras de Crédito do Agronegócio	3.245	2.769	6.014	2.735	2.586	5.321
Letras Financeiras	7.909	10.213	18.122	7.593	11.102	18.695
Financiamento à Importação e à Exportação	20.076	3.907	23.983	18.878	4.175	23.053
Repasse no país	12.533	26.293	38.826	11.860	24.188	36.048
Outros	-	397	397	-	433	433

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	40% CDI a 13,23%	0,15% a 5,0%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	85% a 96% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,4% a 105,25% CDI	0,69% a 9,5%
Repasse no País	0,5% a 10% TJLP	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 40% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

**b) Recursos de Mercados Institucionais**

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (*)	902	51.921	52.823	3.382	51.797	55.179
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.057	-	1.057	1.569	-	1.569
Obrigações por TVM no Exterior	6.372	8.981	15.353	7.119	8.161	15.280
<b>Total</b>	<b>8.331</b>	<b>60.902</b>	<b>69.233</b>	<b>12.070</b>	<b>59.958</b>	<b>72.028</b>

(\*) Em 31/03/2013, R\$ 50.413 (R\$ 51.134 em 31/12/2012) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IPCA + 7,8%	3,04% a 6,2%
Obrigações por Emissão de Debêntures	104,7% CDI	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,40% a 8,62%	0,20% a 10,58%

NOTA 20 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Financeiros <sup>(1)</sup></b>	<b>30.323</b>	<b>12.162</b>	<b>42.485</b>	<b>31.293</b>	<b>13.199</b>	<b>44.492</b>
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	18.549	-	18.549	20.429	-	20.429
Operações de Seguros e Resseguros	4.328	-	4.328	4.407	-	4.407
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.632	10.900	12.532	1.270	11.846	13.116
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	852	-	852	758	-	758
Negociação e Intermediação de Valores	3.101	109	3.210	2.532	110	2.642
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	235	462	697	237	553	790
Serviços Prestados a Receber	1.493	-	1.493	1.372	-	1.372
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais <sup>(2)</sup>	-	691	691	-	690	690
Operações sem Características de Concessão de Crédito	133	-	133	288	-	288
<b>Não Financeiros</b>	<b>8.498</b>	<b>1.803</b>	<b>10.301</b>	<b>8.284</b>	<b>1.639</b>	<b>9.923</b>
Despesas Antecipadas	2.329	1.793	4.122	2.561	1.615	4.176
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29b e c)	2.814	-	2.814	2.815	-	2.815
Diversos no País	1.861	-	1.861	1.392	-	1.392
Diversos no Exterior	408	10	418	326	24	350
Outros	1.086	-	1.086	1.190	-	1.190

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Financeiros</b>	<b>47.503</b>	<b>212</b>	<b>47.715</b>	<b>50.033</b>	<b>222</b>	<b>50.255</b>
Operações com Cartões de Crédito	41.748	-	41.748	45.125	-	45.125
Carteira de Câmbio	410	-	410	144	-	144
Negociação e Intermediação de Valores	4.592	142	4.734	4.105	148	4.253
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	123	70	193	174	74	248
Recursos de Consorciados	87	-	87	86	-	86
Outros	543	-	543	399	-	399
<b>Não Financeiros</b>	<b>22.514</b>	<b>424</b>	<b>22.938</b>	<b>19.539</b>	<b>417</b>	<b>19.956</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.896	-	4.896	399	-	399
Diversos no País	1.471	-	1.471	1.648	-	1.648
Recursos em Trânsito	8.095	-	8.095	7.207	-	7.207
Provisão para Pagamentos Diversos	1.642	303	1.945	2.011	273	2.284
Sociais e Estatutárias	1.350	18	1.368	3.004	55	3.059
Relativas a Operações de Seguros	957	-	957	922	-	922
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	357	-	357	370	-	370
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29b e d)	561	56	617	569	37	606
Provisão de Pessoal	1.231	47	1.278	1.163	52	1.215
Provisão para Seguro Saúde	639	-	639	635	-	635
Rendas Antecipadas	1.067	-	1.067	1.110	-	1.110
Outros	248	-	248	501	-	501

## NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31/12/2012), sendo R\$ 31.102 (R\$ 31.159 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 13.898 (R\$ 13.841 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/03/2013			Valor
	QUANTIDADE			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2012	2.280.400.056	884.649.441	3.165.049.497	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	8.886.344	1.397.000.259	1.405.886.603	
<b>Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012</b>	<b>2.289.286.400</b>	<b>2.281.649.700</b>	<b>4.570.936.100</b>	
<b>Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2013</b>	<b>2.289.286.400</b>	<b>2.281.649.700</b>	<b>4.570.936.100</b>	
Residentes no País em 31/03/2013	2.277.435.508	881.754.916	3.159.190.424	
Residentes no Exterior em 31/03/2013	11.850.892	1.399.894.784	1.411.745.676	
<b>Ações em Tesouraria em 31/12/2012 (*)</b>	<b>2.100</b>	<b>52.554.239</b>	<b>52.556.339</b>	<b>(1.523)</b>
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(729.981)	(729.981)	12
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.006.085)	(4.006.085)	125
<b>Ações em Tesouraria em 31/03/2013 (*)</b>	<b>2.100</b>	<b>47.818.173</b>	<b>47.820.273</b>	<b>(1.386)</b>
<b>Em Circulação em 31/03/2013</b>	<b>2.289.284.300</b>	<b>2.233.831.527</b>	<b>4.523.115.827</b>	
<b>Em Circulação em 31/12/2012</b>	<b>2.289.284.300</b>	<b>2.229.095.461</b>	<b>4.518.379.761</b>	
	31/12/2012			Valor
	QUANTIDADE			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2011	2.283.888.835	921.023.218	3.204.912.053	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.397.565	1.360.626.482	1.366.024.047	
<b>Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011</b>	<b>2.289.286.400</b>	<b>2.281.649.700</b>	<b>4.570.936.100</b>	
<b>Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012</b>	<b>2.289.286.400</b>	<b>2.281.649.700</b>	<b>4.570.936.100</b>	
Residentes no País em 31/12/2012	2.280.400.056	884.649.441	3.165.049.497	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	8.886.344	1.397.000.259	1.405.886.603	
<b>Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)</b>	<b>2.100</b>	<b>57.293.971</b>	<b>57.296.071</b>	<b>(1.663)</b>
Aquisições de Ações	-	4.300.000	4.300.000	(122)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.783.920)	(5.783.920)	126
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(3.255.812)	(3.255.812)	136
<b>Ações em Tesouraria em 31/12/2012 (*)</b>	<b>2.100</b>	<b>52.554.239</b>	<b>52.556.339</b>	<b>(1.523)</b>
<b>Em Circulação em 31/12/2012</b>	<b>2.289.284.300</b>	<b>2.229.095.461</b>	<b>4.518.379.761</b>	
<b>Em Circulação em 31/12/2011</b>	<b>2.289.284.300</b>	<b>2.224.355.729</b>	<b>4.513.640.029</b>	

(\*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo são discriminados o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/03/2013	
	Ordinárias	Preferenciais
<b>Ações em Tesouraria</b>		
Custo Médio	9,65	28,99
Valor de Mercado em 31/03/2013	36,30	35,99
Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	27,25
Médio ponderado	-	28,45
Máximo	-	28,98
<b>Ações em Tesouraria</b>		
Custo Médio	9,65	28,99
Valor de Mercado em 31/12/2012	31,18	33,39

## b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, e o pagamento é efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação, sendo que, a partir do pagamento de abril de 2012 foi elevado em 25% passando para R\$ 0,015 por ação, conforme Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2012.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

### Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Líquido Individual (BR GAAP)	2.473	2.767
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(124)	(138)
Base de Cálculo do Dividendo	2.349	2.629
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	587	657
<b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados</b>	<b>587</b>	<b>657</b>

### Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
<b>Pagos/Antecipados</b>	<b>135</b>	<b>-</b>	<b>135</b>
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2013	135	-	135
<b>Declarados até 31/03/2013 (Registrados em Outros Passivos)</b>	<b>520</b>	<b>(68)</b>	<b>452</b>
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2013	68	-	68
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0999 por ação.	452	(68)	384
<b>Total de 01/01 a 31/03/2013 - R\$ 0,1299 líquido por ação</b>	<b>655</b>	<b>(68)</b>	<b>587</b>

	31/03/2012		
	Bruto	IRF	Líquido
<b>Pagos/Antecipados</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>108</b>
Dividendos - 02 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
<b>Declarados até 31/03/2012 (Registrados em Outros Passivos)</b>	<b>634</b>	<b>(85)</b>	<b>549</b>
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 02/04/2012	68	-	68
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1252 por ação	566	(85)	481
<b>Total de 01/01 a 31/03/2012 - R\$ 0,1454 líquido por ação</b>	<b>742</b>	<b>(85)</b>	<b>657</b>

### c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

### d) Reservas Integralizadas

	31/03/2013	31/12/2012
<b>RESERVAS DE CAPITAL (1)</b>	<b>285</b>	<b>285</b>
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>22.069</b>	<b>22.138</b>
Legal (2)	4.512	4.388
Estatutárias	25.074	23.382
Equalização de Dividendos (3)	7.136	6.291
Reforço do Capital de Giro (4)	6.613	6.274
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	11.325	10.817
Reorganizações Societárias	(7.517)	(7.360)
Especiais de Lucros (6)	-	1.728
<b>Total das Reservas na Controladora</b>	<b>22.354</b>	<b>22.423</b>

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2012.

### e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

## NOTA 22 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

### a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

### b) Características dos Programas

#### I – Opções Simples

##### Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

##### Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

#### II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.



O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 31/03/2013 - R\$ 34,66 por ação (R\$ 36,00 por ação em 31/03/2012).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 15 em 31/03/2013 (R\$ 51 em 31/03/2012).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Quantidade de Ações					
				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior 31/12/2012	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 31/03/2013	
Nº	Data										
<b>Opções Simples</b>											
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	30,54	30,41	35,79	4.907.880	-	(273.600)	-	4.634.280
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	30,54	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	34,73	34,73	35,99	874.167	-	(10.000)	-	864.167
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,89	-	-	6.242.500	-	-	-	6.242.500
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,89	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	38,89	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	39,69	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	39,65	-	-	29.514	-	-	(29.514)	-
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	49,40	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	40,12	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	44,83	-	-	7.168.922	-	-	-	7.168.922
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	44,83	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	44,83	-	-	45.954	-	-	-	45.954
<b>Total de Opções a Exercer</b>					<b>30,56</b>	<b>35,80</b>	<b>19.512.784</b>		<b>(283.600)</b>	<b>(105.415)</b>	<b>19.123.769</b>
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	49,40	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	29,32	29,26	36,11	12.640.760	-	(118.360)	-	12.522.400
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	29,32	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	47,63	-	-	5.932.994	-	-	-	5.932.994
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	47,63	-	-	1.113.991	-	-	-	1.113.991
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	46,52	-	-	9.602.221	-	-	-	9.602.221
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	46,52	-	-	15.383	-	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,79	-	-	15.097	-	-	(2.547)	12.550
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,79	-	-	10.333.393	-	-	(9.871)	10.323.522
<b>Total de Opções em Aberto</b>					<b>29,26</b>	<b>36,11</b>	<b>39.725.093</b>		<b>(118.360)</b>	<b>(12.418)</b>	<b>39.594.315</b>
<b>Total de Opções Simples</b>					<b>30,18</b>	<b>35,89</b>	<b>59.237.877</b>		<b>(401.960)</b>	<b>(117.833)</b>	<b>58.718.084</b>
<b>Opções dos Sócios</b>											
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	35,05	372.944	-	(328.021)	-	44.923
<b>Total de Opções a Exercer</b>						<b>35,05</b>	<b>406.418</b>		<b>(328.021)</b>		<b>78.397</b>
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	328.512	-	-	(456)	328.056
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	321.961	-	-	(4.138)	317.823
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	422.567	-	-	-	422.567
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.814.394	-	-	(9.509)	1.804.885
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	7.791	-	-	-	7.791
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.530.408	-	-	(16.550)	1.513.858
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	659.407	-	-	-	659.407
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	2.527	-	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	686.769	-	-	(17.936)	668.833
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	8.187	-	-	-	8.187
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	1.572.092	-	-	(30.469)	1.541.623
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	69.156	-	-	-	69.156
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	327.415	-	-	(1.588)	325.827
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	321.224	-	-	(11.038)	310.186
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.808.470	-	-	(22.893)	1.785.577
18ª	27/02/2013	26/02/2016	-	-	-	-	-	2.361.872	-	(2.469)	2.359.403
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	7.790	-	-	-	7.790
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.527.683	-	-	(28.637)	1.499.046
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	2.527	-	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	686.327	-	-	(24.720)	661.607
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	8.186	-	-	-	8.186
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	1.571.731	-	-	(35.982)	1.535.749
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	69.151	-	-	-	69.151
18ª	27/02/2013	26/02/2018	-	-	-	-	-	2.361.805	-	(2.498)	2.359.307
<b>Total de Opções em Aberto</b>							<b>13.870.166</b>			<b>(208.883)</b>	<b>18.384.960</b>
<b>Total Opções dos Sócios</b>					<b>35,05</b>	<b>14.276.584</b>	<b>4.723.677</b>		<b>(328.021)</b>	<b>(208.883)</b>	<b>18.463.357</b>
<b>TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS</b>					<b>30,18</b>	<b>35,51</b>	<b>73.514.461</b>	<b>4.723.677</b>	<b>(729.981)</b>	<b>(326.716)</b>	<b>77.181.441</b>

(\*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

## Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2011	Quantidade de Ações			
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 31/03/2012
<b>Opções Simples</b>											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,96	18,94	36,90	937.275	-	125.375	-	811.900
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,96	-	-	11.357	-	-	-	11.357
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,20	28,20	38,19	6.854.365	-	1.573.235	-	5.281.130
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,20	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,07	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,27	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,23	-	-	29.518	-	-	29.518	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,35	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,56	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,74	32,70	38,42	21.083	-	21.083	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	35,91	38,32	7.732.975	-	344.650	37.675	7.350.650
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	37,30	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	37,26	-	-	29.514	-	-	-	29.514
<b>Total de Opções a Exercer</b>					-	-	<b>16.812.534</b>	-	<b>2.064.343</b>	<b>143.094</b>	<b>14.605.097</b>
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,05	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	9.266.066	-	-	105.187	9.160.879
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	27,06	37,29	14.114.940	-	925.520	-	13.189.420
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	6.052.223	-	-	-	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	1.163.919	-	-	14.426	1.149.493
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	9.769.432	-	-	35.942	9.733.490
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	-	-	15.383	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,13	-	-	-	-	15.097	-	15.097
<b>Total de Opções em Aberto</b>					-	-	<b>40.559.264</b>	<b>30.480</b>	<b>925.520</b>	<b>155.555</b>	<b>39.508.669</b>
<b>Total de Opções Simples</b>					-	-	<b>57.371.798</b>	<b>30.480</b>	<b>2.989.863</b>	<b>298.649</b>	<b>54.113.766</b>
<b>Opções dos Sócios</b>											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	39.906	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	46.710	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	681.490	37.533	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	79.446	-	-
<b>Total de Opções a Exercer</b>					-	-	<b>885.085</b>	-	<b>760.936</b>	<b>124.149</b>	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	309.508	-	-	-	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	-	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	-	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	3.368	326.343
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	1.804	447.638
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	33.825	1.828.584
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	18.431	1.540.153
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	2.374	702.230
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	16.782	689.615
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	2.843	1.580.201
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	3.108	66.048
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	-	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	3.367	325.785
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	33.825	1.824.693
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	18.430	1.538.785
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	16.780	689.558
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	2.843	1.580.136
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	3.107	66.044
<b>Total de Opções em Aberto</b>					-	-	<b>11.588.230</b>	<b>3.304.330</b>	-	<b>160.887</b>	<b>14.731.673</b>
<b>Total Opções dos Sócios</b>					-	-	<b>12.473.315</b>	<b>3.304.330</b>	<b>760.936</b>	<b>285.036</b>	<b>14.731.673</b>
<b>TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS</b>					-	-	<b>69.845.113</b>	<b>3.334.810</b>	<b>3.750.799</b>	<b>583.685</b>	<b>68.845.439</b>

(\*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

## Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/03/2013
			Anterior 31/12/2012				
1ª	17/08/2010	16/08/2013	107.371	-	-	-	107.371
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2013	412.320	-	(5.533)	-	406.787
3ª	28/02/2011	27/02/2012	435.351	-	(435.351)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2013	435.342	-	-	-	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	464.181	-	(464.181)	-	-
4ª	24/02/2012	24/02/2014	464.165	-	-	-	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	464.150	-	-	-	464.150
5ª	27/02/2013	26/02/2014	-	147.056	-	-	147.056
5ª	27/02/2013	26/02/2015	-	147.045	-	-	147.045
5ª	27/02/2013	26/02/2016	-	147.034	-	-	147.034
<b>Total</b>			<b>2.797.062</b>	<b>441.135</b>	<b>(905.065)</b>	<b>-</b>	<b>2.333.132</b>

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/03/2012
			Anterior 31/12/2011				
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	-	-	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	-	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	(5.533)	(11.834)	406.796
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	(11.834)	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	(444.040)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	(8.679)	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	(8.678)	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	(4.671)	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	(4.671)	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	(4.671)	464.150
<b>Total</b>			<b>2.429.941</b>	<b>1.406.509</b>	<b>(449.573)</b>	<b>(55.038)</b>	<b>3.331.839</b>

### c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
<b>Opções dos Sócios (*)</b>								
18ª	27/02/2013	27/02/2016	-	34,66	31,76	2,91%	-	-
18ª	27/02/2013	27/02/2018	-	34,66	29,98	2,91%	-	-

(\*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

### d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/03/2013 foi de R\$ (47) (R\$ (40) de 01/01 a 31/03/2012), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/03/2013	31/03/2012
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	119	167
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(137)	(188)
Efeito na Venda (*)	(18)	(21)

(\*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

**NOTA 23 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM INVESTIMENTOS EM TÍTULOS E DERIVATIVOS**

**a) Receitas de Juros e Rendimentos**

	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
Depósitos Compulsórios no Banco Central	848	1.935
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	155	298
Aplicações em Mercado Aberto	2.673	2.866
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.383	4.382
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.078	1.056
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	90	77
Operações de Crédito	13.960	15.528
Outros Ativos Financeiros	165	207
<b>Total</b>	<b>21.352</b>	<b>26.349</b>

**b) Despesas de Juros e Rendimentos**

	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
Depósitos	(2.233)	(3.193)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(3.450)	(5.174)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.136)	(1.579)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.172)	(1.651)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(493)	(1.774)
Outros	(10)	(12)
<b>Total</b>	<b>(8.494)</b>	<b>(13.383)</b>

**c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos**

	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, incluindo a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil	(935)	828
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	2	5
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(8)	217
<b>Total</b>	<b>(941)</b>	<b>1.050</b>

**NOTA 24 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
Serviços de Contas Correntes	1.451	1.250
Taxas de Administração	582	511
Comissões de Cobrança	279	273
Comissões de Cartões de Crédito	2.273	2.004
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	285	283
Comissão de Corretagem	70	63
Outros	317	278
<b>Total</b>	<b>5.257</b>	<b>4.662</b>

**NOTA 25 - OUTRAS RECEITAS**

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	20	12
Recuperação de Despesas	18	30
Reversão de Provisões	35	46
Outros	74	63
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>151</b>

**NOTA 26 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(3.451)</b>
Remuneração	(1.532)	(1.565)
Encargos	(528)	(519)
Benefícios Sociais	(459)	(301)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(15)	63
Benefício Definido	(20)	43
Contribuição Definida	5	20
Plano de Opções de Ações (Nota 21d)	(47)	(40)
Treinamento	(38)	(55)
Participações de Empregado nos Lucros	(639)	(633)
Desligamentos	(98)	(146)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	(414)	(255)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(2.994)</b>	<b>(3.062)</b>
Processamento de Dados e Telecomunicações	(867)	(870)
Serviços de Terceiros	(758)	(768)
Instalações	(212)	(235)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(200)	(189)
Despesas de Aluguéis	(253)	(241)
Transportes	(113)	(131)
Materiais	(74)	(116)
Despesas com Serviços Financeiros	(118)	(116)
Segurança	(131)	(133)
Concessionárias de Serviços Públicos	(73)	(78)
Despesas de Viagem	(41)	(39)
Outros	(154)	(146)
<b>Depreciação</b>	<b>(360)</b>	<b>(311)</b>
<b>Amortização</b>	<b>(202)</b>	<b>(202)</b>
<b>Despesas de Comercialização de Seguros</b>	<b>(280)</b>	<b>(280)</b>
<b>Outras Despesas</b>	<b>(1.558)</b>	<b>(1.614)</b>
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(537)	(433)
Reembolso relativo à Aquisições	(8)	(11)
Perdas com fraudes com Terceiros	(148)	(191)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(15)	(19)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(441)	(489)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(187)	(193)
Ressarcimento de custos interbancários	(52)	(52)
Outros	(170)	(226)
<b>Total</b>	<b>(9.164)</b>	<b>(8.920)</b>

## NOTA 27 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

### a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>4.810</b>	<b>5.333</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(1.924)	(2.133)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	20	10
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(15)	(269)
Juros sobre o Capital Próprio	418	465
Reorganizações Societárias	157	-
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	36	48
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas Não tributáveis	(12)	25
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos</b>	<b>(1.320)</b>	<b>(1.854)</b>

### b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização/ Reversão	Efeitos de Consolidação (1)	Constituição	31/03/2013
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>31.060</b>	<b>(4.631)</b>	<b>228</b>	<b>4.609</b>	<b>31.266</b>
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	3.955	(360)	59	1.053	4.707
Créditos de Liquidação Duvidosa	16.275	(1.810)	85	1.638	16.188
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	229	(229)	-	360	360
Ágio na Aquisição do Investimento	2.761	(829)	50	380	2.362
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.645	(6)	-	117	1.756
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.487</u>	<u>(368)</u>	<u>14</u>	<u>466</u>	<u>3.599</u>
Ações Cíveis	1.422	(117)	6	143	1.454
Ações Trabalhistas	1.224	(244)	4	301	1.285
Fiscais e Previdenciárias	822	(7)	4	22	841
Outros	19	-	-	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	8	(3)	-	-	5
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	254	-	-	2	256
Outros	2.446	(1.026)	20	593	2.033
<b>Refletido no Patrimônio Líquido</b>	<b>3.943</b>	<b>(236)</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>3.720</b>
Reorganizações Societárias	3.791	(157)	-	-	3.634
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	152	(79)	-	13	86
<b>Total (2)</b>	<b>35.003</b>	<b>(4.867)</b>	<b>228</b>	<b>4.622</b>	<b>34.986</b>

(1) Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 29.022 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 2.766 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2012
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>28.466</b>	<b>(11.438)</b>	<b>14.032</b>	<b>31.060</b>
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	4.188	(1.480)	1.247	3.955
Créditos de Liquidação Duvidosa	12.889	(4.837)	8.223	16.275
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	302	(302)	229	229
Ágio na Aquisição do Investimento	4.261	(1.923)	423	2.761
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.417	(4)	232	1.645
Provisões para Passivos Contingentes	<u>2.766</u>	<u>(1.585)</u>	<u>2.306</u>	<u>3.487</u>
Ações Cíveis	1.185	(633)	870	1.422
Ações Trabalhistas	984	(844)	1.084	1.224
Fiscais e Previdenciárias	577	(107)	352	822
Outros	20	(1)	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	11	(4)	1	8
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	249	-	5	254
Outros	2.383	(1.303)	1.366	2.446
<b>Refletida no Patrimônio Líquido</b>	<b>344</b>	<b>(192)</b>	<b>3.791</b>	<b>3.943</b>
Reorganizações Societárias	-	-	3.791	3.791
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	344	(192)	-	152
<b>Total</b>	<b>28.810</b>	<b>(11.630)</b>	<b>17.823</b>	<b>35.003</b>

(\*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.



II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição (1)	31/03/2013
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>8.372</b>	<b>(1.180)</b>	<b>782</b>	<b>7.974</b>
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.453	(925)	548	5.076
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	167	-	7	174
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	117	-	9	126
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	234	(234)	158	158
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	911	(20)	32	923
Planos de Pensão	915	-	18	933
Outros	575	(1)	10	584
<b>Refletido no Patrimônio Líquido</b>	<b>1.288</b>	<b>(533)</b>	<b>1</b>	<b>756</b>
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.288	(533)	-	755
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (2)	-	-	1	1
<b>Total (3)</b>	<b>9.660</b>	<b>(1.713)</b>	<b>783</b>	<b>8.730</b>

(1) Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I) no montante de R\$ 2, referente à Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.

(2) Em 31/03/2013 foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, conforme IAS 19 (R1).

(3) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 29.022 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 2.766 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2012
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>9.885</b>	<b>(3.385)</b>	<b>1.872</b>	<b>8.372</b>
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.560	(2.785)	678	5.453
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	78	-	89	167
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	83	(2)	35	117
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	175	(175)	234	234
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	806	(225)	330	911
Planos de Pensão	594	-	321	915
Outros	589	(199)	185	575
<b>Refletido no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>499</b>	<b>-</b>	<b>789</b>	<b>1.288</b>
<b>Total (*)</b>	<b>10.384</b>	<b>(3.385)</b>	<b>2.660</b>	<b>9.660</b>

(\*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2013, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos				Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%	%	
2013	10.599	35%	685	14%	11.284	32%	(1.919)	22%	9.365	36%
2014	4.720	16%	697	15%	5.417	16%	(1.689)	19%	3.728	14%
2015	6.212	20%	551	12%	6.763	20%	(2.087)	24%	4.676	18%
2016	3.113	10%	1.235	26%	4.348	12%	(857)	10%	3.491	13%
2017	2.279	8%	1.271	27%	3.550	10%	(599)	7%	2.951	11%
Acima de 2017	3.356	11%	268	6%	3.624	10%	(1.579)	18%	2.045	8%
<b>Total</b>	<b>30.279</b>	<b>100%</b>	<b>4.707</b>	<b>100%</b>	<b>34.986</b>	<b>100%</b>	<b>(8.730)</b>	<b>100%</b>	<b>26.256</b>	<b>100%</b>
<b>Valor Presente (*)</b>	<b>27.679</b>		<b>4.212</b>		<b>31.891</b>		<b>(7.767)</b>		<b>24.124</b>	

(\*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

## NOTA 28 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

<b>Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico</b>	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>3.482</b>	<b>3.285</b>
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os estatutos	(49)	(49)
<b>Subtotal</b>	<b>3.433</b>	<b>3.236</b>
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)
<b>Subtotal</b>	<b>3.382</b>	<b>3.186</b>
<b>Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:</b>		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.712	1.615
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.670	1.571
<b>Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias</b>	<b>1.763</b>	<b>1.665</b>
<b>Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais</b>	<b>1.719</b>	<b>1.620</b>
<b>Média Ponderada das Ações em Circulação</b>		
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.300
Ações Preferenciais	2.232.162.278	2.227.800.664
<b>Lucro por Ação - Básico - R\$</b>		
Ações Ordinárias	0,77	0,73
Ações Preferenciais	0,77	0,73

<b>Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído</b>	<b>01/01 a 31/03/2013</b>	<b>01/01 a 31/03/2012</b>
<b>Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais</b>	<b>1.719</b>	<b>1.620</b>
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	5	5
<b>Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição</b>	<b>1.724</b>	<b>1.625</b>
<b>Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias</b>	<b>1.763</b>	<b>1.665</b>
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(5)	(5)
<b>Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição</b>	<b>1.758</b>	<b>1.660</b>
<b>Media Ponderada Ajustada de Ações</b>		
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.300
Ações Preferenciais	2.246.065.306	2.241.526.859
Ações Preferenciais	2.232.162.278	2.227.800.664
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	13.903.028	13.726.195
<b>Lucro por Ação Diluído - R\$</b>		
Ações Ordinárias	0,77	0,73
Ações Preferenciais	0,77	0,73

O efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 12.295.783 ações preferenciais em 31/03/2013 e 8.197.646 ações preferenciais em 31/03/2012.

## NOTA 29 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do IAS 19, são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, e aos procedimentos contábeis adotados. Os efeitos da adoção do IAS 19 (R1), quando aplicáveis, estão apresentados comparativamente nas notas explicativas, entretanto não impactaram as demonstrações contábeis de 31/03/2012 e 31/12/2012.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

### a) Descrição dos Planos

Os planos de benefícios são administrados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2) Plano de Previdência Unibanco (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV (1) (5)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

1) Plano de modalidade de benefício definido;

2) Plano de modalidade de contribuição variável;

3) Plano de modalidade de contribuição definida;

4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos colaboradores. Este plano permite que o colaborador contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos colaboradores, limitado a 9% dos seus rendimentos.

5) Plano decorrente do processo de incorporação do Plano IJMS pelo Básico, ambos administrados pela UBB Prev, aprovado pela Superintendência de Previdência Complementar- PREVIC em 28/12/2012.

### b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

## c) Planos de Benefício Definido

### I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2013	31/03/2012
Taxa de Desconto (1)	8,16% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção desta premissa está baseada em estudo que utiliza como metodologia o acompanhamento das taxas de juros de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro, indexados por índices de inflação, e a análise da evolução das curvas de juros até a data base da avaliação atuarial. A premissa Taxa de Desconto foi alterada em 2012 de forma a estar compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas atuariais adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente, para as premissas biométricas/demográficas, e estudos sob coordenação do Diretor de Investimentos da EFPC, quanto as premissas econômicas.

### II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

#### - Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

#### - Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

#### - Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

#### - Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

### III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do Passivo Atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	Meta 2013
Títulos de Renda Fixa	13.729	13.736	90,49%	91,14%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	871	763	5,74%	5,06%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	16	16	0,11%	0,11%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%	0,00%	0% a 5%
Imóveis	529	532	3,49%	3,53%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	26	25	0,17%	0,17%	0% a 5%
<b>Total</b>	<b>15.171</b>	<b>15.072</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 603 (R\$ 589 em 31/12/2012), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 499 (R\$ 498 em 31/12/2012).

#### Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

**Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados** - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apuração, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

**Títulos de Renda Variável** - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

**Imóveis** - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas nos exercícios de 2012 e de 2013, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

**Empréstimos a participantes** - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

#### Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do Passivo Atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

#### IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/03/2013	31/12/2012
1- Ativos Líquidos dos Planos	15.171	15.072
2- Passivos Atuariais	(12.988)	(12.906)
<b>3- Superveniência (1-2)</b>	<b>2.183</b>	<b>2.166</b>
4- Restrição do Ativo (*)	(2.171)	(2.137)
<b>5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)</b>	<b>12</b>	<b>29</b>
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	472	487
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(460)	(458)

(\*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

<b>31/03/2013</b>					
	<b>Ativo Líquido</b>	<b>Passivos Atuariais</b>	<b>Superveniência</b>	<b>Restrição do Ativo</b>	<b>Montante Reconhecido</b>
<b>Valor Início do Período</b>	<b>15.072</b>	<b>(12.906)</b>	<b>2.166</b>	<b>(2.137)</b>	<b>29</b>
Custo Serviço Corrente	-	(25)	(25)	-	(25)
Juros Líquidos	300	(256)	44	(44)	-
Benefícios Pagos	(175)	175	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	7	-	7	-	7
Contribuições Participantes	3	-	3	-	3
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	14	14
Ganho/(Perda) Atuarial (1) (2)	(36)	24	(12)	(4)	(16)
<b>Valor Final do Período</b>	<b>15.171</b>	<b>(12.988)</b>	<b>2.183</b>	<b>(2.171)</b>	<b>12</b>

<b>31/12/2012</b>					
	<b>Ativo Líquido</b>	<b>Passivos Atuariais</b>	<b>Superveniência</b>	<b>Restrição do Ativo</b>	<b>Montante Reconhecido</b>
<b>Valor Início do Período</b>	<b>11.773</b>	<b>(10.413)</b>	<b>1.360</b>	<b>(1.263)</b>	<b>97</b>
Custo Serviço Corrente	-	(85)	(85)	-	(85)
Juros Líquidos	1.303	(985)	318	(175)	143
Benefícios Pagos	(671)	671	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	57	-	57	-	57
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(874)	(874)
Mudanças Premissas Financeiras	-	(1.663)	(1.663)	-	(1.663)
Ganho/(Perda) Atuarial (1) (2)	2.595	(431)	2.164	175	2.339
<b>Valor Final do Período</b>	<b>15.072</b>	<b>(12.906)</b>	<b>2.166</b>	<b>(2.137)</b>	<b>29</b>

(1) Os ganhos/perdas apresentados no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(2) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 264 (R\$ 3.898 em 31/12/2012).

**VI- Total de valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):**

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Custo Serviço Corrente	(25)	(21)	-	-
Juros Líquidos	1	36	-	-
Efeito na restrição do Ativo	-	-	14	(47)
Ganho/(Perda) Atuarial	-	-	(13)	76
<b>Total Valores Reconhecidos</b>	<b>(24)</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>29</b>

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 7 (R\$ 7 de 01/01 a 31/03/2012). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2013, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 35.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	708
2014	741
2015	762
2016	784
2017	806
2018 a 2022	4.399

**VII- Sensibilidade da obrigação de benefício definido**

O impacto no passivo atuarial pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5% é de:

Alteração da Premissa	Efeito Passivo Atuarial	R\$	Percentual
- Redução em 0,5%	Aumento	868	6,42%
- Acréscimo em 0,5%	Redução	(779)	(6,04%)

#### d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

#### I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
<b>Valor Início do Período</b>	<b>2.646</b>	<b>(318)</b>	<b>2.328</b>	<b>1.757</b>	<b>(313)</b>	<b>1.444</b>
Juros Líquidos	51	(6)	45	195	(35)	160
Aportes e Contribuições	(40)	-	(40)	(146)	-	(146)
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	-	(5)	(5)
Ganho/(Perda) Financeira	9	-	9	840	35	875
<b>Valor Final do Período (Nota 20a)</b>	<b>2.666</b>	<b>(324)</b>	<b>2.342</b>	<b>2.646</b>	<b>(318)</b>	<b>2.328</b>

#### II - Total de Valores Reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Aportes/ Contribuições	(40)	(47)	-	-
Juros Líquidos	45	40	-	-
Ganho/(Perda) Financeira	-	-	9	28
<b>Total Valores Reconhecidos</b>	<b>5</b>	<b>(7)</b>	<b>9</b>	<b>28</b>

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 54 (R\$ 60 em 31/03/2012), sendo R\$ 40 (R\$ 47 em 31/03/2012) oriundos dos fundos previdenciais.



## e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

### I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2013	31/12/2012
<b>No Início do Período</b>	(148)	(120)
Custo de Juros	(3)	(11)
Benefícios Pagos	1	6
Perda Atuarial	(7)	(23)
<b>No Final do Período (Nota 20c)</b>	<b>(157)</b>	<b>(148)</b>

### II- Total de Valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Juros Líquidos	(3)	(3)	-	-
Benefícios Pagos	1	2	-	-
Perda Atuarial	-	-	(7)	-
<b>Total Valores Reconhecidos</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	6
2014	7
2015	7
2016	8
2017	8
2018 a 2022	52

### II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29b c), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	26	(21)

## NOTA 30 – CONTRATOS DE SEGUROS

### a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de apreamento interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de apreamento padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

## b) Principais Produtos

### I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,4	88,4	1,4	1,4
Compreensivo Empresarial	61,0	42,7	16,3	17,1
Vida em Grupo	46,6	41,9	6,9	10,5
Prestamista	17,0	20,9	22,5	21,0
Extensão de Garantia - Patrimonial	18,1	20,0	63,0	65,1
Riscos Nomeados e Operacionais	34,5	85,2	4,3	1,7
Acidentes Pessoais Coletivo	7,9	6,9	34,3	33,6

### II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

### III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
VGBL	4.644	3.100	-	-	4.644	3.100
PGBL	312	356	-	-	312	356
Extensão de Garantia - Patrimonial	331	343	-	-	331	343
Vida em Grupo	349	328	(8)	(14)	341	314
Acidentes Pessoais Coletivo	163	160	(1)	-	162	160
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	172	124	-	-	172	124
Prestamista	152	108	(4)	-	148	108
Tradicional	41	87	-	-	41	87
Riscos Diversos	40	45	(2)	(1)	38	44
Compreensivo Empresarial	46	44	(11)	(9)	35	35
Doenças Graves ou Terminais	28	31	-	-	28	31
Riscos Nomeados e Operacionais	110	71	(79)	(50)	31	21
Acidentes Pessoais Individual	32	26	(1)	-	31	26
Riscos de Petróleo	80	63	(69)	(52)	11	11
Vida Individual	18	5	-	-	18	5
Riscos de Engenharia	38	36	(31)	(31)	7	5
Demais Ramos	321	271	(69)	(68)	252	203
<b>Total</b>	<b>6.877</b>	<b>5.198</b>	<b>(275)</b>	<b>(225)</b>	<b>6.602</b>	<b>4.973</b>

#### c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

##### I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes mas não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios em relação aos sinistros pagos;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a seguradora. Considera também a expectativa do montante de ajustes, não individualizáveis, no valor da Provisão de Sinistros a Liquidar (IBNER). Por exemplo: Reaberturas de sinistros já encerrados;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados;
- **Outras Provisões** - Constituída basicamente pela provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar, referente aos valores ainda não regularizados até a data do balanço, e pela provisão de riscos não expirados das operações de vida individual.

## II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada atuarialmente a insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de sinistros e de benefícios;
- **Provisão de Riscos não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída para os contratos de previdência complementar que concedem ao participante garantia mínima de rentabilidade, calculada pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a provisão para despesas administrativas constituída de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica resgates e/ou outros valores a regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

## III – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

	31/03/2013				31/12/2012			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
<b>Saldo Inicial</b>	<b>9.120</b>	<b>23.729</b>	<b>57.469</b>	<b>90.318</b>	<b>7.609</b>	<b>20.893</b>	<b>42.402</b>	<b>70.904</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	1.853	350	4.627	6.830	6.940	1.893	15.710	24.543
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(1.774)	-	-	(1.774)	(6.576)	-	-	(6.576)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(564)	(34)	(2)	(600)	(2.126)	(92)	(6)	(2.224)
(+) Sinistros Avisados	526	-	-	526	3.073	-	-	3.073
(-) Resgates	-	(307)	(1.718)	(2.025)	(4)	(985)	(5.213)	(6.202)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(21)	(38)	(59)	-	161	57	218
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	197	245	442	3	1.891	4.440	6.334
(+/-) Outras (constituição/reversão)	50	-	(14)	36	201	(32)	79	248
<b>Provisão de Seguros e Previdência Privada</b>	<b>9.211</b>	<b>23.914</b>	<b>60.569</b>	<b>93.694</b>	<b>9.120</b>	<b>23.729</b>	<b>57.469</b>	<b>90.318</b>

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	19	83.014	79.733	83.033	79.752
Prêmios não Ganhos (1)	4.753	4.678	-	-	4.753	4.678
Sinistros a Liquidar (2)	3.159	3.222	-	-	3.159	3.222
IBNR	905	821	12	12	917	833
Insuficiência de Prêmios	339	336	-	-	339	336
Insuficiência de Contribuição	-	-	756	750	756	750
Excedente Financeiro	1	1	509	514	510	515
Outras	35	43	192	189	227	232
<b>Total</b>	<b>9.211</b>	<b>9.120</b>	<b>84.483</b>	<b>81.198</b>	<b>93.694</b>	<b>90.318</b>

(1) De acordo com a Circular nº 464, de 01/03/2013, da SUSEP, contempla a provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro - garantia estendida, anteriormente divulgada na rubrica Outras Provisões, inclusive para fins comparativos.

(2) A provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

#### d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>2.231</b>
Constituições	40
Amortizações	(24)
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>2.247</b>
Saldo a amortizar até 12 meses	1.020
Saldo a amortizar após 12 meses	1.227
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>2.064</b>
Constituições	207
Amortizações	(40)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>2.231</b>
Saldo a amortizar até 12 meses	1.412
Saldo a amortizar após 12 meses	819

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

## e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 31/03/2013:

### I - Bruto de Resseguro

<b>Provisão de Sinistros a Liquidar</b>	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.526
Operações DPVAT	224
Retrocessão e Outras Estimativas	409
<b>Total da Provisão (*)</b>	<b>3.159</b>

(\*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na nota 30c III.

### Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

<b>Data de Cadastro</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Total</b>
No final do ano de divulgação	1.690	1.383	1.859	1.506	2.302	
1 ano depois	1.672	1.378	2.031	1.651	-	
2 anos depois	1.671	1.374	2.012	-	-	
3 anos depois	1.636	1.352	-	-	-	
4 anos depois	1.703	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.703	1.352	2.012	1.651	2.302	9.020
Pagamentos acumulados até a data base	1.578	1.302	1.797	1.342	1.117	7.136
Passivo reconhecido no balanço	125	50	215	309	1.185	1.884
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						157
<b>Total de sinistros administrativos incluso no balanço</b>						<b>2.041</b>

### Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

<b>Data de Cadastro</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Total</b>
No final do ano de divulgação	76	61	23	28	51	
1 ano depois	85	74	38	60	-	
2 anos depois	92	78	53	-	-	
3 anos depois	94	111	-	-	-	
4 anos depois	103	-	-	-	-	
Estimativa corrente	103	111	53	60	51	378
Pagamentos acumulados até a data base	60	57	27	26	27	197
Passivo reconhecido no balanço	43	54	26	34	24	181
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						304
<b>Total de sinistros judiciais incluso no balanço</b>						<b>485</b>



## II - Líquido de Resseguro

### Provisão de Sinistros a Liquidar

Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	756
Operações DPVAT	224
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	2.179
<b>Total da Provisão (*)</b>	<b>3.159</b>

(\*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c III.

### Ila - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	Total
No final do ano de divulgação	1.077	1.095	1.162	1.150	1.337	
1 ano depois	1.060	1.087	1.124	1.176	-	
2 anos depois	1.067	1.084	1.133	-	-	
3 anos depois	1.062	1.077	-	-	-	
4 anos depois	1.063	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.063	1.077	1.133	1.176	1.337	5.786
Pagamentos acumulados até a data base	1.042	1.062	1.104	1.112	1.011	5.331
Passivo reconhecido no balanço	21	15	29	64	326	455
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						15
<b>Total de sinistros administrativos incluso no balanço</b>						<b>470</b>

### Ilb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	Total
No final do ano de divulgação	67	56	22	27	50	
1 ano depois	74	68	35	55	-	
2 anos depois	79	73	51	-	-	
3 anos depois	81	83	-	-	-	
4 anos depois	87	-	-	-	-	
Estimativa corrente	87	83	51	55	50	326
Pagamentos acumulados até a data base	59	54	26	26	27	192
Passivo reconhecido no balanço	28	29	25	29	23	134
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						152
<b>Total de sinistros judiciais incluso no balanço</b>						<b>286</b>

Os valores apresentados nas tabelas, expressam a posição de 31/12/2012, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o ITAU UNIBANCO HOLDING constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro é muito lento.

## f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – “*Insurance contracts*”, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de um spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* da carteira de Ativos Garantidores.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

## g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apreçamento de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	31/03/2013		31/12/2012	
	Impacto no Resultado do TAP		Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência

#### h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 a 31/03/2013			01/01 a 31/03/2012		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
<b>DANOS</b>						
Extensão de Garantia	331	331	100,0	343	343	100,0
Prestamista	152	148	97,4	108	108	100,0
DPVAT	172	172	100,0	124	124	100,0
<b>PESSOAS</b>						
Vida em Grupo	349	341	97,7	328	314	95,7
Acidentes Pessoais Coletivo	163	162	99,4	160	160	100,0
Acidentes Pessoais Individual	32	31	96,9	26	26	100,0
Vida Individual	18	18	100,0	5	5	100,0
<b>GRANDES RISCOS</b>						
Riscos Nomeados e Operacionais	110	31	28,2	71	21	29,6
Riscos de Petróleo	80	11	13,8	63	11	17,5
Riscos de Engenharia	38	7	18,4	36	5	13,9

## **i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição**

### **• Controle Centralizado do Risco de Subscrição**

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

### **• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

## **j) Papéis e Responsabilidades**

### **I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos**

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

### **II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência**

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

### **III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição**

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

#### **IV- Área de Resseguros**

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

#### **V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING**

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.

#### **VI- Área Atuarial**

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

#### **VII- Área de Controles Internos**

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

#### **VIII- Auditoria Interna**

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

## k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

### Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança (Nota 36);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (*MtM – Mark to Market*).

Classe	31/03/2013		31/12/2012	
	Saldo Contábil (R\$ Milhões)	DV01	Saldo Contábil (R\$ Milhões)	DV01
<b>Título Público</b>				
NTN-C	3.239	(3,65)	3.254	(3,53)
NTN-B	1.592	(2,04)	1.821	(2,20)
NTN-F	7	-	7	-
LTN	29	-	168	(0,00)
<b>Futuro DI</b>	1	-	1	-
<b>Título privado</b>				
Indexado a IGPM	26	-	26	(0,00)
Indexado a IPCA	332	(0,26)	289	(0,22)
Indexado a PRE	79	-	67	(0,01)
<b>Ações</b>	<b>571</b>	<b>5,71</b>	<b>523</b>	<b>5,23</b>
<b>Ativos pós-fixados</b>	<b>6.164</b>	-	<b>5.660</b>	-
<b>Compromissadas Over</b>	<b>4.517</b>	-	<b>4.574</b>	-

## Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/03/2013		31/12/2012		Ativo	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
<b>Provisão Técnica</b>					<b>Ativo Garantidor</b>				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.835	17	1.746	17	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.835	7	1.746	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	340	138	253	182	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	340	7	253	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.538	17	1.409	18	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.538	7	1.409	7
Outras Provisões	346	-	345	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	346	-	345	-
<b>Subtotal</b>	<b>4.059</b>		<b>3.753</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4.059</b>		<b>3.753</b>	
<b>Provisões</b>									
Despesas Administrativas	41	126	41	126	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	41	7	41	7
Matemática de Benefícios Concedidos	1.077	126	1.066	126	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.077	136	1.066	136
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	78.292	133	75.055	133	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	78.292	27	75.055	27
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionalis	3.663	179	3.630	179	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.663	136	3.630	136
Insuficiência de Contribuição	757	179	751	179	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	757	136	751	136
Excedente Financeiro	511	179	515	179	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	511	136	515	136
<b>Subtotal</b>	<b>84.341</b>		<b>81.058</b>		<b>Subtotal</b>	<b>84.341</b>		<b>81.058</b>	
<b>Total Reservas Técnicas</b>	<b>88.400</b>		<b>84.811</b>		<b>Total Ativos Garantidores</b>	<b>88.400</b>		<b>84.811</b>	

(\*) DU = Duration em meses.

(1) Valor Líquido de Direito Creditório.

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.



## Risco de Crédito

Nas operações de resseguro, a política interna proíbe a concentração excessiva em um único ressegurador. De acordo com a Resolução CNSP nº 225/2010, a sociedade seguradora contratará com resseguradores locais pelo menos 40% de cada cessão de resseguro em contratos automático ou facultativos. Atualmente o ressegurador que detém a maior parcela de nossas operações não excede 41% do total. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING observa também as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que opera, notadamente, com relação à “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

<b>Agência Classificadora de Riscos</b>	<b>Nível Mínimo Exigido</b>
Standard & Poor's	BBB
Fitch	BBB
Moody's	Baa2
AM Best	B++

## I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

### Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

### Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

## I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>234</b>	<b>214</b>	<b>384</b>	<b>313</b>
Contratos Emitidos	-	-	256	1.106
Sinistros a Recuperar	85	26	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(30)	(7)	(197)	(1.043)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(5)	8
Outras Constituições / Reversões	-	1	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>289</b>	<b>234</b>	<b>438</b>	<b>384</b>

## II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/03/2013	31/12/2012
Sinistros de Resseguros	1.981	2.098
Prêmios de Resseguros	708	700
Comissão de Resseguros	(46)	(45)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.643</b>	<b>2.753</b>

## III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.098</b>	<b>1.394</b>
Sinistros Avisados	109	1.313
Sinistros Pagos	(229)	(598)
Outras Constituições / Reversões	3	(11)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.981</b>	<b>2.098</b>

## IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>700</b>	<b>535</b>
Constituições	237	1.049
Reversões	(229)	(884)
<b>Saldo Final</b>	<b>708</b>	<b>700</b>

## V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(45)</b>	<b>(58)</b>
Constituições	(14)	(64)
Reversões	13	77
<b>Saldo Final</b>	<b>(46)</b>	<b>(45)</b>

### **m) Entidades Reguladoras**

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

### **n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros**

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados divulgou em 18/02/2013 as resoluções CNSP nº 280 (que revogou a Circular nº 411 de 22/12/2010), nº 282 (que revogou a resolução nº 227 de 06/12/2010), nº 283 e nº 284. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição e operacional. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

## NOTA 31 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
<b>Ativos Financeiros</b>				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	75.598	75.598	77.668	77.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.894	17.910	23.826	23.853
Aplicações no Mercado Aberto	182.766	182.766	162.737	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	131.366	131.366	145.516	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	224	224	220	220
Derivativos (*)	9.266	9.266	11.597	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	81.245	81.245	90.869	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.377	4.534	3.202	4.517
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	346.991	348.858	341.271	343.375
Outros Ativos Financeiros	42.485	42.485	44.492	44.492
<b>Passivos Financeiros</b>				
Depósitos	238.555	238.480	243.200	243.127
Captação no Mercado Aberto	262.892	262.892	267.405	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	594	594	642	642
Derivativos (*)	8.385	8.385	11.069	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	99.357	99.177	97.073	96.858
Recursos de Mercados Institucionais	69.233	68.346	72.028	71.036
Passivos de Planos de Capitalização	2.930	2.930	2.892	2.892
Outros Passivos Financeiros	47.715	47.715	50.255	50.255

(\*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas no total de R\$ 62.891 (R\$ 60.310 em 31/12/2012) com o valor justo estimado de R\$ 708 (R\$ 728 em 31/12/2012).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
  - Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
  - Futuros e Termo: Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps.

- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

**d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

**e) Outros Ativos/Passivos Financeiros** – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

**Nível 2:** As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

**Nível 3:** As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:**

**Nível 1:** Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

**Nível 2:** Quando as informações de apreamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreamento obtidas por meio dos serviços de apreamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras

(somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

**Nível 3:** Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

#### **Derivativos:**

**Nível 1:** Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

**Nível 2:** Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

**Nível 3:** Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

## Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2013 e 31/12/2012 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros Mantidos para Negociação</b>	<b>103.606</b>	<b>27.710</b>	<b>50</b>	<b>131.366</b>	<b>118.548</b>	<b>26.948</b>	<b>20</b>	<b>145.516</b>
Fundos de investimento	-	1.429	-	1.429	-	1.468	-	1.468
Títulos públicos do governo brasileiro	95.330	146	-	95.476	111.045	161	-	111.206
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	1.709	-	-	1.709	1.286	-	-	1.286
<b>Títulos públicos - outros países</b>	<b>632</b>	<b>137</b>	<b>-</b>	<b>769</b>	<b>710</b>	<b>162</b>	<b>-</b>	<b>872</b>
Argentina	203	-	-	203	106	-	-	106
Estados Unidos	304	-	-	304	345	-	-	345
México	99	-	-	99	225	-	-	225
Chile	-	62	-	62	-	108	-	108
Uruguai	-	41	-	41	-	33	-	33
Colômbia	-	34	-	34	34	-	-	34
Peru	26	-	-	26	-	21	-	21
<b>Títulos de empresas</b>	<b>5.935</b>	<b>25.998</b>	<b>50</b>	<b>31.983</b>	<b>5.507</b>	<b>25.157</b>	<b>20</b>	<b>30.684</b>
Ações negociáveis	2.581	-	-	2.581	2.815	-	-	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	21	-	21	-	21	-	21
Certificado de Depósito Bancário	-	2.709	-	2.709	-	2.933	-	2.933
Debêntures	3.354	1.858	-	5.212	2.692	1.944	-	4.636
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.623	-	1.623	-	1.612	-	1.612
Notas Promissórias	-	-	50	50	-	-	20	20
Letras Financeiras	-	19.636	-	19.636	-	18.441	-	18.441
Outros	-	151	-	151	-	206	-	206
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>41.246</b>	<b>37.517</b>	<b>2.482</b>	<b>81.245</b>	<b>48.351</b>	<b>40.029</b>	<b>2.489</b>	<b>90.869</b>
Fundos de investimento	-	252	-	252	-	255	-	255
Títulos públicos do governo brasileiro	16.657	13	292	16.962	25.131	25	306	25.462
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	18.750	-	-	18.750	18.065	-	-	18.065
<b>Títulos públicos - outros países</b>	<b>705</b>	<b>4.816</b>	<b>41</b>	<b>5.562</b>	<b>602</b>	<b>6.535</b>	<b>-</b>	<b>7.137</b>
Estados Unidos	376	-	-	376	375	-	-	375
Dinamarca	-	2.234	-	2.234	-	2.554	-	2.554
Coreia	-	426	-	426	-	1.662	-	1.662
Chile	-	1.147	41	1.188	-	1.534	-	1.534
Paraguai	-	760	-	760	-	491	-	491
Uruguai	-	249	-	249	-	294	-	294
Bélgica	156	-	-	156	71	-	-	71
França	88	-	-	88	57	-	-	57
Reino Unido	-	-	-	-	83	-	-	83
Holanda	53	-	-	53	-	-	-	-
Outros	32	-	-	32	16	-	-	16
<b>Títulos de empresas</b>	<b>5.134</b>	<b>32.436</b>	<b>2.149</b>	<b>39.719</b>	<b>4.553</b>	<b>33.214</b>	<b>2.183</b>	<b>39.950</b>
Ações negociáveis	3.070	622	-	3.692	2.258	1.554	-	3.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.086	1.315	8.401	-	7.200	1.368	8.568
Certificado de Depósito Bancário	-	425	-	425	-	391	-	391
Debêntures	2.050	11.200	-	13.250	2.280	11.684	-	13.964
Euro Bonds e Assemelhados	14	5.201	74	5.289	15	5.576	5	5.596
Notas Promissórias	-	-	727	727	-	-	777	777
Cédula do Produtor Rural	-	850	-	850	-	778	-	778
Letras Financeiras	-	6.775	-	6.775	-	5.720	-	5.720
Outros	-	277	33	310	-	311	33	344
<b>Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado</b>	<b>-</b>	<b>224</b>	<b>-</b>	<b>224</b>	<b>-</b>	<b>220</b>	<b>-</b>	<b>220</b>
Títulos públicos do governo brasileiro	-	224	-	224	-	220	-	220
<b>Passivos Financeiros Designados a Valor Justo</b>	<b>-</b>	<b>594</b>	<b>-</b>	<b>594</b>	<b>-</b>	<b>642</b>	<b>-</b>	<b>642</b>
Notas Estruturadas	-	594	-	594	-	642	-	642

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2013 e 31/12/2012 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/03/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Derivativos - Ativo</b>	<b>-</b>	<b>9.124</b>	<b>142</b>	<b>9.266</b>	<b>-</b>	<b>11.284</b>	<b>313</b>	<b>11.597</b>
Opções	-	944	19	963	-	1.759	147	1.906
Termo	-	3.264	-	3.264	-	3.528	2	3.530
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.358	2	3.360	-	3.661	25	3.686
Verificação de Swap	-	32	-	32	-	35	-	35
Derivativos de Crédito	-	759	-	759	-	728	-	728
Forwards	-	246	-	246	-	379	-	379
Outros Derivativos	-	521	121	642	-	1.194	139	1.333
<b>Derivativos - Passivo</b>	<b>(116)</b>	<b>(8.244)</b>	<b>(25)</b>	<b>(8.385)</b>	<b>(23)</b>	<b>(10.877)</b>	<b>(169)</b>	<b>(11.069)</b>
Opções	-	(1.058)	(13)	(1.071)	-	(2.132)	(149)	(2.281)
Termo	-	(2.545)	-	(2.545)	-	(2.291)	(2)	(2.293)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(4.134)	(12)	(4.146)	-	(5.053)	(15)	(5.068)
Swap c/ Verificação	-	(31)	-	(31)	-	(42)	-	(42)
Derivativos de Crédito	-	(107)	-	(107)	-	(90)	-	(90)
Forwards	-	(121)	-	(121)	-	(343)	(3)	(346)
Futuros	(116)	-	-	(116)	(23)	-	-	(23)
Outros Derivativos	-	(248)	-	(248)	-	(926)	-	(926)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2013 e 31/12/2012. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

## Mensuração de Valor justo de Nível 2 baseado em serviços de apreçamento e corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 65.452 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Março de 2013, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 18.235 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos globais e corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.



### **Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3**

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva pré-fixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de swap, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

### Movimentações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2013	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
<b>Ativos Financeiros Mantidos para Negociação</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>-</b>
Títulos de empresas - Notas Promissórias	20	-	30	-	-	50	-
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>2.489</b>	<b>(56)</b>	<b>523</b>	<b>(474)</b>	<b>-</b>	<b>2.482</b>	<b>576</b>
Títulos públicos - Governo Brasileiro	306	(14)	-	-	-	292	8
Títulos públicos - outros países - Chile	-	-	41	-	-	41	-
<b>Títulos de empresas</b>	<b>2.183</b>	<b>(42)</b>	<b>482</b>	<b>(474)</b>	<b>-</b>	<b>2.149</b>	<b>568</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.368	(53)	-	-	-	1.315	566
Notas Promissórias	777	11	413	(474)	-	727	-
Euro Bonds e Assemelhados	5	-	69	-	-	74	3
Outros	33	-	-	-	-	33	(1)

	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2013	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
<b>Derivativos - Ativo</b>	<b>313</b>	<b>(39)</b>	<b>41</b>	<b>(148)</b>	<b>(25)</b>	<b>142</b>	<b>(3)</b>
Opções	147	7	11	(146)	-	19	(4)
Swaps - Diferencial a Receber	25	2	-	-	(25)	2	1
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	139	(48)	30	-	-	121	-
<b>Derivativos - Passivo</b>	<b>(169)</b>	<b>6</b>	<b>(12)</b>	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>(25)</b>	<b>(6)</b>
Opções	(149)	5	(11)	142	-	(13)	6
Termo	(2)	-	-	2	-	-	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(15)	1	-	2	-	(12)	(12)
Forwards	(3)	-	(1)	4	-	-	-

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
<b>Ativos Financeiros Mantidos para Negociação</b>	<b>290</b>	<b>(238)</b>	<b>71</b>	<b>(103)</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>-</b>
Títulos de empresas - Notas Promissórias	290	(238)	71	(103)	-	20	-
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>1.596</b>	<b>234</b>	<b>3.028</b>	<b>(2.369)</b>	<b>-</b>	<b>2.489</b>	<b>638</b>
Títulos públicos - Governo Brasileiro	259	75	364	(392)	-	306	17
Títulos de empresas	1.337	159	2.664	(1.977)	-	2.183	621
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	684	(130)	-	1.368	623
Notas Promissórias	646	37	1.941	(1.847)	-	777	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	(3)	8	-	-	5	(3)
Outros	-	2	31	-	-	33	1

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
<b>Derivativos - Ativo</b>	<b>905</b>	<b>20</b>	<b>243</b>	<b>(855)</b>	<b>-</b>	<b>313</b>	<b>12</b>
Opções	688	25	218	(784)	-	147	17
Swaps - Diferencial a Receber	18	(6)	13	-	-	25	4
Termo	3	-	6	(7)	-	2	1
Forwards	1	-	-	(1)	-	-	-
Outros Derivativos	195	1	6	(63)	-	139	(10)
<b>Derivativos - Passivo</b>	<b>(700)</b>	<b>19</b>	<b>(238)</b>	<b>750</b>	<b>-</b>	<b>(169)</b>	<b>(30)</b>
Opções	(676)	21	(228)	734	-	(149)	(17)
Termo	(7)	-	(7)	12	-	(2)	1
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	3	-	(15)	(14)
Forwards	(1)	-	(3)	1	-	(3)	-

**Derivativos:** em 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ 25 de Swap do nível 3 para o nível 2, em função da disponibilidade de dados observáveis para tais derivativos.

### Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas que avaliam premissas não diretamente observadas nos preços de transações correntes em mercados ativos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Aumentos (reduções) significativos em qualquer desses inputs isolados podem resultar em reduções (aumentos) significativos no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

(Valores em milhões de R\$)

Sensibilidade - Operações Nível III		31/03/2013	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(1,0)
	II	(0,0)	(25,0)
	III	(0,1)	(49,4)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(5,4)	-
	II	(8,0)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

#### Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

#### Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

#### Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

## NOTA 32 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

<b>Provisões</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Cíveis	3.827	3.732
Trabalhistas	4.936	4.852
Fiscais e Previdenciárias	10.211	10.433
Outros	197	192
<b>Total</b>	<b>19.171</b>	<b>19.209</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.211</b>	<b>4.116</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>17.960</b>	<b>15.093</b>

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

**a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

**b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

### - Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.613 (R\$ 826 em 31/03/2012), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

## - **Ações Trabalhistas**

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não há contingências de ações trabalhistas não incluídas no balanço.

## - **Outros Riscos**

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.732</b>	<b>4.852</b>	<b>192</b>	<b>8.776</b>
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
<b>Subtotal</b>	<b>3.627</b>	<b>3.918</b>	<b>192</b>	<b>7.737</b>
Atualização/Encargos (Nota 26)	71	51	-	122
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>370</u>	<u>363</u>	<u>5</u>	<u>738</u>
Constituição (*)	546	419	6	971
Reversão	(176)	(56)	(1)	(233)
Pagamento	(375)	(293)	-	(668)
<b>Subtotal</b>	<b>3.693</b>	<b>4.039</b>	<b>197</b>	<b>7.929</b>
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	897	-	1.031
<b>Saldo Final</b>	<b>3.827</b>	<b>4.936</b>	<b>197</b>	<b>8.960</b>
<b>Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2013 (Nota 20a)</b>	<b>2.070</b>	<b>2.386</b>	<b>-</b>	<b>4.456</b>

(\*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 66.

	01/01 a 31/03/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.166</b>	<b>4.014</b>	<b>165</b>	<b>7.345</b>
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
<b>Subtotal</b>	<b>3.029</b>	<b>3.084</b>	<b>165</b>	<b>6.278</b>
Atualização/Encargos (Nota 26)	40	28	-	68
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>449</u>	<u>227</u>	<u>4</u>	<u>680</u>
Constituição (*)	549	239	5	793
Reversão	(100)	(12)	(1)	(113)
Pagamento	(364)	(145)	-	(509)
<b>Subtotal</b>	<b>3.154</b>	<b>3.194</b>	<b>169</b>	<b>6.517</b>
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	141	921	-	1.062
<b>Saldo Final</b>	<b>3.295</b>	<b>4.115</b>	<b>169</b>	<b>7.579</b>
<b>Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2012</b>	<b>1.988</b>	<b>2.435</b>	<b>-</b>	<b>4.423</b>

(\*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 95.

#### - Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>10.433</b>	<b>8.645</b>
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	9	-
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)
<b>Subtotal</b>	<b>10.381</b>	<b>8.587</b>
Atualização/Encargos (1)	105	225
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<b>65</b>	<b>170</b>
Constituição (1)	273	203
Reversão (1)	(208)	(33)
Pagamento	(402)	(46)
<b>Subtotal</b>	<b>10.149</b>	<b>8.936</b>
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	62	58
<b>Saldo Final (2)</b>	<b>10.211</b>	<b>8.994</b>

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 11.

Depósitos Em Garantia	31/03/2013	31/03/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.557</b>	<b>5.178</b>
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	8	-
Apropriação de Rendas	55	136
Movimentação do Período	<u>(369)</u>	<u>212</u>
Novos Depósitos	201	217
Levantamentos Efetuados	(5)	(4)
Conversão em Renda	(565)	(1)
<b>Saldo Final (Nota 20a)</b>	<b>4.251</b>	<b>5.526</b>
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	-
<b>Saldo Final após a Reclassificação</b>	<b>4.251</b>	<b>5.526</b>

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo - R\$ 3.056: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 511.
- CSLL - Isonomia - R\$ 2.105: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 573.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior - R\$ 520: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 481.
- PIS - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 385: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 90.

**Contingências não reconhecidas no Balanço** - Os valores envolvidos nas ações fiscais e previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 9.877, estão descritas a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.477: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.467: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 914: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ e CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 459: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 424: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 379: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior R\$ 343: discussão da base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.
- INSS - Fator Acidentário de Prevenção – R\$ 325: Adequação do Multiplicador do SAT (Seguro de Acidente do Trabalhador) conforme número de Comunicados de Acidente de Trabalho.



### c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 697 (R\$ 790 em 31/12/2012) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

### d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/03/2013	31/03/2012
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.294	1.590
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	3.825	3.285

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

## NOTA 33 – CAPITAL REGULATÓRIO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.
- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basileia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e
- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	31/03/2013		31/12/2012	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral
Capital Regulamentar				
Nível I	80.912	73.426	79.711	72.007
Nível II	39.701	37.629	40.654	37.833
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(426)	(426)	(420)	(420)
<b>Total</b>	<b>120.187</b>	<b>110.629</b>	<b>119.945</b>	<b>109.421</b>
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	62.516	60.210	65.964	64.580
De Mercado	3.414	3.607	3.027	3.100
Operacional	4.039	4.773	3.807	4.356
<b>Capital Regulamentar Mínimo Exigido</b>	<b>69.969</b>	<b>68.590</b>	<b>72.798</b>	<b>72.036</b>
<b>Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido</b>	<b>50.218</b>	<b>42.039</b>	<b>47.148</b>	<b>37.385</b>
Exposição Ponderada pelo Risco	636.079	623.547	661.797	654.872
<b>Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %</b>	<b>18,9</b>	<b>17,7</b>	<b>18,1</b>	<b>16,7</b>

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
<b>CDB Subordinado - BRL</b>					
	40	2003	2013	102% do CDI	123
	48	2008	2013	106% a 107% do CDI	80
	1.865	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	3.386
	33			IGPM + 7,22%	69
	1.000	2008	2014	112% do CDI	1.583
	400	2008	2015	119,8% do CDI	670
	50	2010	2015	113% do CDI	70
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	908
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	3.722
	123			IPCA + 7,21%	181
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	544
	<b>7.057</b>			<b>TOTAL</b>	<b>11.336</b>
<b>Letra Financeira Subordinada - BRL</b>					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	368
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.889
	30			IPCA + 7%	40
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	254
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.338
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	420
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	168
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.767
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	513
	42	2011	2018	IGPM + 7%	48
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	36
	461	2012	2018	IPCA + 4,40% a 6,58%	512
	3.757			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.847
	5.779			108% a 113% do CDI	5.964
	112			PRE + 9,95 a 11,95%	120
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	12	2012	2019	PRE + 11,96%	14
	101			IPCA + 4,70% a 6,30%	112
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6,00% a 6,17%	23
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,50% do CDI	7
	1.767	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	1.906
	20			IGPM + 4,63%	21
	<b>22.450</b>			<b>TOTAL</b>	<b>23.371</b>
<b>Euronotes Subordinado - USD</b>					
	990	2010	2020	6,2%	2.065
	1.000	2010	2021	5,8%	2.029
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.471
	550	2012	2021	6,2%	1.156
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	5.184
	1.851	2012	2023	5,1%	3.801
	<b>7.721</b>			<b>TOTAL</b>	<b>15.706</b>
<b>TOTAL</b>					<b>50.413</b>

(\*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

## NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir deste trimestre, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial - Varejo, Banco de Atacado, Crédito ao Consumidor - Varejo e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado, sendo esta a principal alteração desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco Comercial - Varejo**  
O resultado do segmento Banco Comercial - Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).
- **Banco de Atacado**  
O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.
- **Crédito ao Consumidor - Varejo**  
O resultado do segmento de Crédito ao Consumidor - Varejo decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda.
- **Atividades com Mercado + Corporação**  
Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

### Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

**Capital Alocado:** Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento, que considera, além do capital alocado nível I, o capital alocado nível II (dívida subordinada) e os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

**Alíquota de Imposto de Renda:** É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e aplicações de critérios gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Através destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

**Margem financeira gerencial:** A margem financeira gerencial considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

**Efeitos fiscais do Hedge:** Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

**Seguros:** As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

**Demais reclassificações:** As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas Não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**
**Em 01/01 a 31 de março de 2013**
*(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
<b>Produto Bancário</b>	<b>10.624</b>	<b>3.630</b>	<b>3.572</b>	<b>991</b>	<b>18.817</b>	<b>629</b>	<b>19.446</b>
Margem Financeira <sup>(1)</sup>	5.687	2.257	2.668	914	11.526	838	12.364
Receita de Prestação de Serviços	2.868	1.373	832	49	5.122	135	5.257
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.069	-	72	28	2.169	(491)	1.678
Outras Receitas	-	-	-	-	-	147	147
<b>Perdas com Créditos e Sinistros</b>	<b>(2.427)</b>	<b>(1.207)</b>	<b>(733)</b>	<b>(53)</b>	<b>(4.420)</b>	<b>78</b>	<b>(4.342)</b>
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.681)	(1.431)	(774)	(53)	(4.939)	78	(4.861)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	806	224	56	-	1.086	-	1.086
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(552)	-	(15)	-	(567)	-	(567)
<b>Margem Operacional</b>	<b>8.197</b>	<b>2.423</b>	<b>2.839</b>	<b>938</b>	<b>14.397</b>	<b>707</b>	<b>15.104</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>(6.139)</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(1.391)</b>	<b>(161)</b>	<b>(9.569)</b>	<b>(725)</b>	<b>(10.294)</b>
Despesas Não Decorrentes de Juros <sup>(2)</sup>	(5.544)	(1.615)	(1.189)	(179)	(8.527)	(637)	(9.164)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(595)	(263)	(202)	18	(1.042)	(140)	(1.182)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	52	52
<b>Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>2.058</b>	<b>545</b>	<b>1.448</b>	<b>777</b>	<b>4.828</b>	<b>(18)</b>	<b>4.810</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(709)</b>	<b>(117)</b>	<b>(451)</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(25)</b>	<b>(1.320)</b>
<b>Participações Minoritárias nas Subsidiárias</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>(21)</b>	<b>13</b>	<b>(8)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.349</b>	<b>409</b>	<b>997</b>	<b>757</b>	<b>3.512</b>	<b>(30)</b>	<b>3.482</b>

<sup>(1)</sup> Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.858, receita de dividendos R\$ 64, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (941) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 383.

<sup>(2)</sup> Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 360 e de amortização de R\$ 202.

<b>Ativo Total <sup>(1)</sup></b>	<b>707.575</b>	<b>89.752</b>	<b>284.296</b>	<b>119.406</b>	<b>1.028.707</b>	<b>(81.052)</b>	<b>947.655</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>687.182</b>	<b>80.619</b>	<b>260.803</b>	<b>96.311</b>	<b>952.594</b>	<b>(82.116)</b>	<b>870.478</b>

<sup>(1)</sup> Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	96	1.309	2.252	895	3.147
Imobilizado, Líquido	4.486	506	612	-	5.604	56	5.660
Intangível, Líquido	2.982	1.191	591	-	4.764	75	4.839

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**
**Em 01/01 a 31 de março de 2012**
*(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
<b>Produto Bancário</b>	<b>13.063</b>	<b>3.458</b>	<b>1.885</b>	<b>1.443</b>	<b>19.828</b>	<b>1.008</b>	<b>20.836</b>
Margem Financeira (1)	8.537	2.053	1.357	1.357	13.306	1.243	14.549
Receita de Prestação de Serviços	2.960	1.405	562	86	5.003	(341)	4.662
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.468	(12)	5	-	1.461	13	1.474
Outras Receitas	98	12	(39)	-	58	93	151
<b>Perdas com Créditos e Sinistros</b>	<b>(3.948)</b>	<b>(1.253)</b>	<b>(26)</b>	<b>(77)</b>	<b>(5.304)</b>	<b>(30)</b>	<b>(5.334)</b>
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.366)	(1.531)	(79)	(55)	(6.031)	(32)	(6.063)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	883	278	53	(22)	1.192	1	1.193
Despesas com Sinistros	(465)	-	-	-	(465)	1	(464)
<b>Margem Operacional</b>	<b>9.115</b>	<b>2.205</b>	<b>1.859</b>	<b>1.366</b>	<b>14.524</b>	<b>978</b>	<b>15.502</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>(6.741)</b>	<b>(1.763)</b>	<b>(771)</b>	<b>(103)</b>	<b>(9.385)</b>	<b>(784)</b>	<b>(10.169)</b>
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(6.127)	(1.526)	(682)	(87)	(8.429)	(491)	(8.920)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(673)	(229)	(97)	(42)	(1.041)	(168)	(1.209)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	52	-	3	26	81	(121)	(40)
Outros Resultados	7	(8)	5	-	4	(4)	-
<b>Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>2.374</b>	<b>442</b>	<b>1.088</b>	<b>1.263</b>	<b>5.139</b>	<b>194</b>	<b>5.333</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(748)</b>	<b>(85)</b>	<b>(361)</b>	<b>(210)</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(450)</b>	<b>(1.854)</b>
<b>Participações Minoritárias nas Subsidiárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(219)</b>	<b>(191)</b>	<b>(3)</b>	<b>(194)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.626</b>	<b>357</b>	<b>727</b>	<b>834</b>	<b>3.544</b>	<b>(259)</b>	<b>3.285</b>

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.966, receita de dividendos R\$ 64, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 1.050 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 469.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 311 e de amortização de R\$ 202.

<b>Ativo Total <sup>(1)</sup> - 31/12/2011</b>	<b>571.315</b>	<b>101.453</b>	<b>191.620</b>	<b>115.171</b>	<b>851.332</b>	<b>(33.196)</b>	<b>818.136</b>
<b>Passivo Total - 31/12/2011</b>	<b>542.702</b>	<b>91.820</b>	<b>181.226</b>	<b>90.723</b>	<b>778.244</b>	<b>(35.444)</b>	<b>742.800</b>

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	3	1.681	1.684	860	2.544
Imobilizado, Líquido	4.454	467	366	-	5.287	71	5.358
Intangível, Líquido	2.803	668	339	-	3.810	15	3.825

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/03/2013			01/01 a 31/03/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira(*)	19.216	1.642	20.858	26.212	1.720	27.932
Ativos não Correntes	9.788	711	10.499	8.489	694	9.183

(\*) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

### NOTA 35 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A., BSF Holding S.A., Tecnologia Bancária S.A., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa S.A..

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:



ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO

	Taxa Anual	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)	
		31/03/2013	31/12/2012	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>		-	1.604	-	45
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	614	-	15
Itaú Unibanco Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Nota 2.4a I)		-	-	-	5
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	990	-	25
<b>Depósitos</b>		-	(3)	-	(1)
Duratex S.A.		-	(2)	-	(1)
Porto Seguro S.A.		-	(1)	-	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>		(28)	(54)	(1)	(3)
Duratex S.A.	100% da SELIC	(19)	(11)	(1)	-
Itautec S.A.	100% da SELIC	(2)	(2)	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda.		-	(18)	-	-
Facilita Promotora S.A.	100% da SELIC	(7)	(2)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.		-	(19)	-	-
Maxfácil Participações S.A.		-	-	-	(2)
Outras		-	(2)	-	(1)
<b>Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas</b>		(84)	(117)	-	-
Porto Seguro S.A.		-	12	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(4)	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	(5)	-	-
Fundação Itaubanco		-	1	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG		(6)	(6)	-	-
Fundação BEMGEPREV		-	(9)	-	-
UBB Prev Previdência Complementar		-	(25)	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(79)	(81)	-	-
Outras		1	-	-	-
<b>Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços</b>		-	-	10	3
Fundação Itaubanco		-	-	8	6
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	1
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	(3)
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	-	(3)
Outras		-	-	1	2
<b>Receitas (Despesas) com Aluguéis</b>		-	-	(14)	(10)
Fundação Itaubanco		-	-	(12)	(7)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(2)	(3)
<b>Despesas com Doações</b>		-	-	(26)	(21)
Associação Clube "A"		-	-	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(25)	(20)
<b>Despesas de Processamento de Dados</b>		-	-	(71)	(72)
Itautec S.A.		-	-	(71)	(72)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 31/03/2012) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade e apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; e apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e a preservação da herança cultural brasileira.

#### b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A Resolução 3.921/2010 do Conselho Monetário Nacional, determina que a remuneração variável dos administradores deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverá ser obrigatoriamente paga em ações e deverá ser diferida para pagamento em no mínimo 3 (três) anos.

Para atender à Resolução sobre remuneração o Itaú Unibanco Holding obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores e os administradores de suas controladas.

No período de 01/01 a 31/03/2013, o efeito contábil da remuneração está registrado na Remuneração do Pessoal-Chave da Administração em Remuneração e Participações no Lucro, obedecendo os limites estatutários.

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
<b>Remuneração</b>	<b>58</b>	<b>79</b>
Conselho de Administração	5	1
Administradores	53	78
<b>Participações no Lucro</b>	<b>65</b>	<b>28</b>
Conselho de Administração	5	2
Administradores	60	26
<b>Contribuições aos Planos de Aposentadoria</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Administradores	1	1
<b>Plano de Pagamento em Ações - Administradores</b>	<b>44</b>	<b>36</b>
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>144</b>

## NOTA 36 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

### Risco de Crédito

#### 1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou (v) aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa à criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada área de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD), a perda dada a inadimplência (LGD) e a concentração em tomadores para aferir o risco de crédito. A avaliação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e definição de limites.

O ITAÚ UNIBANCO possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos, conforme governança, antes da sua implantação, de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e impairment) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

<b>Classificação Interna</b>	<b>PD</b>
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> c/PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas, subordinadas à Comissão Superior de Crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

## **2. Gerenciamento de risco de crédito**

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle do risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, área, produto e demais variáveis consideradas relevantes.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

## **3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito**

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser pessoais, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

## **4. Política de provisionamento**

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

## 5. Exposição ao risco de crédito

	31/03/2013			31/12/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.203	10.691	17.894	9.254	14.572	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	181.666	1.100	182.766	162.235	502	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	125.402	5.964	131.366	139.699	5.817	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	5	219	224	4	216	220
Derivativos	6.031	3.235	9.266	7.615	3.982	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	25.030	56.215	81.245	36.214	54.655	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.839	538	3.377	2.656	546	3.202
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	259.166	87.825	346.991	259.540	81.731	341.271
Outros Ativos Financeiros	38.971	3.514	42.485	41.284	3.208	44.492
<i>Off Balance</i>	280.227	14.485	294.712	274.822	14.653	289.475
Avais e Fianças	59.000	3.891	62.891	56.470	3.840	60.310
Cartas de Crédito	15.551	-	15.551	14.605	-	14.605
Compromissos a Liberar	205.676	10.594	216.270	203.747	10.813	214.560
Crédito Imobiliário	11.727	-	11.727	13.004	-	13.004
Cheque Especial	96.632	-	96.632	96.935	-	96.935
Cartão de Crédito	85.962	666	86.628	82.478	669	83.147
Outros Limites Pré-Aprovados	11.355	9.928	21.283	11.330	10.144	21.474
<b>Total</b>	<b>926.540</b>	<b>183.786</b>	<b>1.110.326</b>	<b>933.323</b>	<b>179.882</b>	<b>1.113.205</b>

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2013 e 31/12/2012, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações em Instituições Financeiras, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 79,4% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 8,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

## 5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

### a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/03/2013	%	31/12/2012	%
Setor Público	1.368	0,4%	877	0,2%
Indústria e Comércio	106.944	28,7%	107.405	29,3%
Serviços	78.592	21,1%	77.922	21,2%
Setor Primário	17.917	4,8%	16.649	4,5%
Outros Setores	2.183	0,6%	2.194	0,6%
Pessoa Física	165.011	44,4%	161.937	44,2%
<b>Total</b>	<b>372.015</b>	<b>100,0%</b>	<b>366.984</b>	<b>100,0%</b>

### b) Demais Ativos Financeiros (\*)

	31/03/2013	%	31/12/2012	%
Setor Primário	1.719	0,4%	1.924	0,4%
Setor Público	152.030	35,7%	110.012	25,1%
Indústria e Comércio	11.477	2,7%	7.563	1,7%
Serviços	37.258	8,7%	129.223	29,5%
Outros Setores	22.940	5,4%	2.633	0,6%
Pessoa Física	54	0,0%	49	0,0%
Financeiras	200.660	47,1%	186.563	42,6%
<b>Total</b>	<b>426.138</b>	<b>100,0%</b>	<b>437.967</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

## 6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2013				31/12/2012			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	244.849	10.711	-	255.560	249.282	5.438	-	254.720
Médio	65.467	10.830	-	76.297	61.075	9.436	-	70.511
Alto	13.019	8.108	-	21.127	14.190	8.052	-	22.242
<i>Impairment</i>	-	-	19.031	19.031	-	-	19.511	19.511
<b>Total</b>	<b>323.335</b>	<b>29.649</b>	<b>19.031</b>	<b>372.015</b>	<b>324.547</b>	<b>22.926</b>	<b>19.511</b>	<b>366.984</b>
%	86,9%	8,0%	5,1%	100,0%	88,5%	6,2%	5,3%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2013					31/12/2012				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>85.912</b>	<b>43.170</b>	<b>12.610</b>	<b>11.519</b>	<b>153.211</b>	<b>85.616</b>	<b>40.781</b>	<b>12.889</b>	<b>11.593</b>	<b>150.879</b>
Cartão de Crédito	24.037	12.666	2.299	2.305	41.307	24.551	11.692	1.992	2.296	40.531
Crédito Pessoal	16.041	15.549	7.484	4.726	43.800	14.402	13.543	7.848	4.862	40.655
Veículos	28.162	13.714	2.794	4.269	48.939	29.887	14.493	3.016	4.250	51.646
Crédito Imobiliário	17.672	1.241	33	219	19.165	16.776	1.053	33	185	18.047
<b>Grandes Empresas</b>	<b>99.923</b>	<b>5.672</b>	<b>-</b>	<b>1.553</b>	<b>107.148</b>	<b>97.655</b>	<b>4.648</b>	<b>1</b>	<b>1.467</b>	<b>103.771</b>
<b>Micros/Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>47.797</b>	<b>21.638</b>	<b>8.081</b>	<b>5.810</b>	<b>83.326</b>	<b>47.825</b>	<b>22.129</b>	<b>8.896</b>	<b>6.335</b>	<b>85.185</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>21.928</b>	<b>5.817</b>	<b>436</b>	<b>149</b>	<b>28.330</b>	<b>23.624</b>	<b>2.953</b>	<b>456</b>	<b>116</b>	<b>27.149</b>
<b>Total</b>	<b>255.560</b>	<b>76.297</b>	<b>21.127</b>	<b>19.031</b>	<b>372.015</b>	<b>254.720</b>	<b>70.511</b>	<b>22.242</b>	<b>19.511</b>	<b>366.984</b>
%	68,7%	20,5%	5,7%	5,1%	100,0%	69,4%	19,2%	6,1%	5,3%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2013				31/12/2012			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
<b>I - Operações Avaliadas Individualmente</b>								
<b>Grandes Empresas</b>	<b>98.399</b>	<b>5.625</b>	<b>-</b>	<b>104.024</b>	<b>96.859</b>	<b>4.647</b>	<b>-</b>	<b>101.506</b>
<b>II - Operações Avaliadas Coletivamente</b>								
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>79.034</b>	<b>34.584</b>	<b>7.102</b>	<b>120.720</b>	<b>82.227</b>	<b>32.970</b>	<b>7.540</b>	<b>122.737</b>
Cartão de Crédito	23.831	11.838	1.529	37.198	24.385	11.076	1.352	36.813
Crédito Pessoal	15.374	14.422	4.951	34.747	14.211	12.659	5.439	32.309
Veículos	25.256	7.766	610	33.632	27.347	8.737	736	36.820
Crédito Imobiliário	14.573	558	12	15.143	16.284	498	13	16.795
<b>Micro/Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>46.785</b>	<b>19.964</b>	<b>5.599</b>	<b>72.348</b>	<b>47.163</b>	<b>20.739</b>	<b>6.293</b>	<b>74.195</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>20.631</b>	<b>5.294</b>	<b>318</b>	<b>26.243</b>	<b>23.033</b>	<b>2.719</b>	<b>357</b>	<b>26.109</b>
<b>Total</b>	<b>244.849</b>	<b>65.467</b>	<b>13.019</b>	<b>323.335</b>	<b>249.282</b>	<b>61.075</b>	<b>14.190</b>	<b>324.547</b>

6.1.1 As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/03/2013				31/12/2012			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>14.694</b>	<b>4.500</b>	<b>1.775</b>	<b>20.969</b>	<b>10.732</b>	<b>4.075</b>	<b>1.743</b>	<b>16.550</b>
Cartão de Crédito	1.021	421	362	1.804	832	308	283	1.423
Crédito Pessoal	2.779	1.092	454	4.325	2.045	991	449	3.485
Veículos	7.480	2.688	870	11.038	7.099	2.559	918	10.576
Crédito Imobiliário	3.414	299	89	3.802	756	217	93	1.066
<b>Grandes Empresas</b>	<b>1.426</b>	<b>114</b>	<b>32</b>	<b>1.572</b>	<b>686</b>	<b>88</b>	<b>23</b>	<b>797</b>
<b>Micros/Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>3.386</b>	<b>1.196</b>	<b>587</b>	<b>5.169</b>	<b>2.912</b>	<b>1.171</b>	<b>572</b>	<b>4.655</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>1.753</b>	<b>125</b>	<b>61</b>	<b>1.939</b>	<b>794</b>	<b>98</b>	<b>32</b>	<b>924</b>
<b>Total</b>	<b>21.259</b>	<b>5.935</b>	<b>2.455</b>	<b>29.649</b>	<b>15.124</b>	<b>5.432</b>	<b>2.370</b>	<b>22.926</b>



6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2013							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	200.660	119.094	224	4.615	50.294	3.358	378.245
Médio	-	7.941	-	3.896	30.288	19	42.144
Alto	-	4.331	-	755	663	-	5.749
<b>Total</b>	<b>200.660</b>	<b>131.366</b>	<b>224</b>	<b>9.266</b>	<b>81.245</b>	<b>3.377</b>	<b>426.138</b>
%	47,1%	30,8%	0,1%	2,2%	19,1%	0,8%	100,0%

31/12/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	186.563	98.147	220	4.458	22.808	3.084	315.280
Médio	-	47.369	-	7.122	68.037	118	122.646
Alto	-	-	-	17	24	-	41
<b>Total</b>	<b>186.563</b>	<b>145.516</b>	<b>220</b>	<b>11.597</b>	<b>90.869</b>	<b>3.202</b>	<b>437.967</b>
%	42,7%	33,2%	0,1%	2,6%	20,7%	0,7%	100,0%

### 6.1.3 Garantias de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/03/2013				31/12/2012			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>61.172</b>	<b>142.394</b>	<b>6.148</b>	<b>5.284</b>	<b>60.635</b>	<b>140.466</b>	<b>8.021</b>	<b>6.933</b>
Crédito Pessoal	368	1.072	23	17	329	946	17	12
Veículos	41.774	74.718	5.897	5.135	42.610	73.709	7.809	6.813
Crédito Imobiliário	19.030	66.604	228	131	17.695	65.812	196	108
<b>Mircros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas</b>	<b>138.728</b>	<b>505.504</b>	<b>24.179</b>	<b>3.232</b>	<b>127.655</b>	<b>439.665</b>	<b>33.917</b>	<b>14.408</b>
<b>Unidades Externas América Latina</b>	<b>8.608</b>	<b>12.355</b>	<b>19.723</b>	<b>11.661</b>	<b>5.441</b>	<b>8.695</b>	<b>21.708</b>	<b>12.053</b>
<b>Total</b>	<b>208.507</b>	<b>660.254</b>	<b>50.050</b>	<b>20.176</b>	<b>193.731</b>	<b>588.827</b>	<b>63.646</b>	<b>33.394</b>

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 113.458 (R\$ 109.607 em 31/12/2012).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplimento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

#### Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

## 7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de alterações em vencimentos, modificação de cronograma e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação).

O valor total de Créditos Repactuados de R\$ 19.124 ( R\$ 19.483 em 31/12/2012 ) inclui operações oriundas de operações em dia ou com atraso inferior a 30 dias, reflexo de alterações nos termos contratuais originais, no montante de R\$ 5.108 ( R\$ 4.964 em 31/12/2012 ).

Assim as operações de Crédito Renegociadas totalizam R\$ 14.016 ( R\$ 14.519 em 31/12/2012 ).

## 8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
Imóveis Não de Uso	-	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	17	9
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10</b>

## Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados, avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios e de auditoria, e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas responsáveis, de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN, e Resolução 3.464.

A Carteira de Negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços efetivos ou esperados no curto prazo e nas oportunidades de arbitragens.

A Carteira de Não Negociação é formada pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. As operações de Tesouraria na Carteira de Não Negociação são executadas em conjunto com a gestão ativa de riscos financeiros inerentes ao balanço global do grupo e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
  - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
  - Taxas dos cupons indexados a determinadas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- *Commodities*: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Negociação e de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando-se a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuando-se testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o *VaR*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: cenário de estresse adicional em que resultados são somados ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística que objetiva mensurar a perda potencial em função de determinado nível de confiança, período de manutenção específico e janela histórica de retornos que incluam períodos de alta volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (disaster recovery). Como parte do processo evolutivo para atendimento das exigências regulatórias e de mercado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está em processo de implantação de uma nova ferramenta de controle de risco de mercado.

### VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. - *Corporación Financiera*).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Nos três primeiros meses, o VaR Global Médio foi de R\$ 287 milhões ou 0,39% do patrimônio total (em todo o ano de 2012 foi de R\$ 290 milhões ou 0,38%).

(em milhões de R\$)

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	31/03/2013	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012
<b>Grupo de Fatores de Risco</b>								
Taxa de Juros	288,5	159,4	416,9	166,4	191,2	71,8	427,6	348,7
Cupons Cambiais	10,6	8,6	16,8	16,7	20,4	7,3	49,6	11,4
Variação Cambial	25,6	9,9	37,5	23,7	25,7	4,6	53,9	8,8
Índices de Preços	48,5	37,3	55,8	55,8	110,3	14,8	325,0	51,2
Renda Variável	16,8	14,0	21,6	16,9	24,2	13,6	43,5	16,8
<b>Unidades Externas (**)</b>								
Itaú BBA International	2,9	1,7	4,1	2,7	1,7	0,7	5,1	1,1
Itaú Argentina	2,9	2,2	3,9	3,2	3,0	1,7	5,6	5,5
Itaú Chile	4,2	2,2	6,0	2,7	5,5	3,2	9,6	4,4
Itaú Uruguai	2,1	1,6	2,8	1,8	1,7	0,3	3,4	2,0
Itaú Paraguai	0,7	0,4	1,8	1,7	0,4	0,2	1,4	1,0
Itaú BBA Colômbia	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Efeito de diversificação				(97,7)				(77,1)
<b>Risco Global</b>	<b>286,7</b>	<b>158,2</b>	<b>443,4</b>	<b>193,6</b>	<b>289,7</b>	<b>118,0</b>	<b>601,4</b>	<b>373,7</b>

(\*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(\*\*) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

## Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos instrumentos financeiros, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

### Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/03/2013						31/12/2012					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Ativos Remunerados</b>	<b>264.552</b>	<b>180.053</b>	<b>73.320</b>	<b>249.044</b>	<b>89.435</b>	<b>856.404</b>	<b>255.232</b>	<b>191.194</b>	<b>78.496</b>	<b>246.502</b>	<b>97.228</b>	<b>868.652</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.009	6.471	616	798	-	17.894	15.321	3.274	4.835	395	1	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	123.036	59.730	-	-	-	182.766	87.829	71.539	3.190	179	-	162.737
Depósitos Compulsórios no Banco Central	58.251	-	-	-	-	58.251	63.701	-	-	-	-	63.701
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.350	7.354	13.196	85.605	19.861	131.366	17.163	7.251	7.920	85.581	27.601	145.516
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	-	-	224	224	220	-	-	-	-	220
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.334	8.052	5.007	28.605	33.247	81.245	13.120	7.914	5.481	29.470	34.884	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2	132	45	148	3.050	3.377	-	118	70	147	2.867	3.202
Derivativos	833	2.918	865	3.836	814	9.266	1.943	3.581	1.390	3.742	941	11.597
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	60.737	95.396	53.591	130.052	32.239	372.015	55.935	97.517	55.610	126.988	30.934	366.984
<b>Passivos Remunerados</b>	<b>247.252</b>	<b>66.808</b>	<b>55.511</b>	<b>220.475</b>	<b>58.182</b>	<b>648.228</b>	<b>233.991</b>	<b>78.742</b>	<b>59.229</b>	<b>210.743</b>	<b>76.688</b>	<b>659.393</b>
Depósitos de Poupança	87.072	-	-	-	-	87.072	83.451	-	-	-	-	83.451
Depósitos a Prazo	21.039	13.428	15.185	57.060	2.609	109.321	12.369	20.861	16.667	62.226	5.109	117.232
Depósitos Interfinanceiros	3.440	4.046	647	311	-	8.444	2.643	3.550	1.201	207	-	7.601
Mercado Aberto	124.192	15.307	16.240	86.222	20.931	262.892	123.001	17.838	16.281	82.424	27.861	267.405
Mercado Interbancário	6.664	27.152	20.521	39.853	5.167	99.357	5.606	26.871	21.065	38.802	4.729	97.073
Mercado Institucional	1.468	4.885	1.978	32.442	28.460	69.233	2.299	7.018	2.753	22.062	37.896	72.028
Derivativos	434	1.952	908	4.171	920	8.385	1.724	2.582	1.211	4.500	1.052	11.069
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	13	38	32	416	95	594	6	22	51	522	41	642
Passivos de Planos de Capitalização	2.930	-	-	-	-	2.930	2.892	-	-	-	-	2.892
Diferença ativo/passivo (2)	17.300	113.245	17.809	28.569	31.253	208.176	21.241	112.452	19.267	35.759	20.540	209.259
<b>Diferença Acumulada</b>	<b>17.300</b>	<b>130.545</b>	<b>148.354</b>	<b>176.923</b>	<b>208.176</b>		<b>21.241</b>	<b>133.693</b>	<b>152.960</b>	<b>188.719</b>	<b>209.259</b>	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	2,0%	15,2%	17,3%	20,7%	24,3%		2,4%	15,4%	17,6%	21,7%	24,1%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

**Posição de contas sujeitas a risco de moeda**

ATIVO	31/03/2013				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	6.009	451	36	2.355	8.851
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	1	2.804	2.805
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.129	-	1	2.561	10.691
Aplicações em Mercado Aberto	875	-	-	225	1.100
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.579	-	-	385	5.964
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	219	-	-	-	219
Derivativos	2.912	-	-	323	3.235
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52.766	-	-	3.449	56.215
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	538	-	-	-	538
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	51.505	2.069	-	34.251	87.825
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>128.532</b>	<b>2.520</b>	<b>38</b>	<b>46.353</b>	<b>177.443</b>

  

PASSIVO	31/03/2013				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	34.176	-	439	27.850	62.465
Captações no Mercado Aberto	18.670	-	-	492	19.162
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	716	-	-	-	716
Derivativos	2.391	-	-	187	2.578
Recursos de Mercados Interbancários	34.534	142	-	2.889	37.565
Recursos de Mercados Institucionais	56.486	-	-	2.670	59.156
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>146.973</b>	<b>142</b>	<b>439</b>	<b>34.088</b>	<b>181.642</b>

  

POSIÇÃO LIQUÍDA	(18.441)	2.378	(401)	12.265	(4.199)
-----------------	----------	-------	-------	--------	---------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 07, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

**Posição de contas sujeitas a risco de moeda**

ATIVO	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	5.681	388	39	2.602	8.710
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	1	2.528	2.529
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.160	1.209	1	2.202	14.572
Aplicações em Mercado Aberto	463	-	-	39	502
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.909	646	-	262	5.817
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	216	-	-	216
Derivativos	3.100	588	-	294	3.982
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	50.828	354	-	3.473	54.655
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	546	-	-	-	546
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	44.417	4.950	1	32.363	81.731
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>121.104</b>	<b>8.351</b>	<b>42</b>	<b>43.763</b>	<b>173.260</b>

  

PASSIVO	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	32.602	1.917	441	26.836	61.796
Captações no Mercado Aberto	17.156	-	-	622	17.778
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	720	-	-	720
Derivativos	2.755	493	-	205	3.453
Recursos de Mercados Interbancários	27.430	150	-	2.393	29.973
Recursos de Mercados Institucionais	52.421	3.065	-	2.411	57.897
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>132.364</b>	<b>6.345</b>	<b>441</b>	<b>32.467</b>	<b>171.617</b>

  

POSIÇÃO LIQUÍDA	(11.260)	2.006	(399)	11.296	1.643
-----------------	----------	-------	-------	--------	-------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 07, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.



## Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

## Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do CMN e da Circular nº 3.393 de 03 de junho de 2008 do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

## Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 465,9 bilhões (R\$ 481,1 bilhões 31/12/2012), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 32,6% do total, ou R\$ 152,1 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2013			31/12/2012		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	145.268	238.555		133.377	243.199	
Recursos à Vista	33.718	33.718	7,2	34.916	34.916	7,3
Recursos de Poupança	87.072	87.072	18,7	83.451	83.451	17,3
Recursos a Prazo	21.039	109.321	23,5	12.368	117.232	24,4
Outros Recursos	3.439	8.444	1,8	2.642	7.600	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.354	53.277	11,4	3.863	55.108	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	3.133	121.259	26,0	3.394	127.652	26,5
Dívida Subordinada	341	52.823	11,3	797	55.179	11,5
<b>Total</b>	<b>152.096</b>	<b>465.914</b>		<b>141.431</b>	<b>481.138</b>	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

## Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro trimestre de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 112,9 bilhões e representavam 74,3% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 24,2% do total de recursos e 16,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/03/2013	31/12/2012
	%	%
Ativos Líquidos <sup>(1)</sup> / Recursos de Clientes em até 30 dias <sup>(2)</sup>	74,3	85,4
Ativos Líquidos <sup>(1)</sup> / Recursos de Clientes Totais <sup>(3)</sup>	24,2	25,1
Ativos Líquidos <sup>(1)</sup> / Ativos Financeiros Totais <sup>(4)</sup>	16,4	17,7

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 688.191 (R\$ 682.867 em 31/12/2012).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2013					31/12/2012				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
<b>ATIVOS FINANCEIROS (1)</b>										
<b>Disponibilidades</b>	<b>13.737</b>	-	-	-	<b>13.737</b>	<b>13.967</b>	-	-	-	<b>13.967</b>
<b>Aplicações em Instituições Financeiras</b>	<b>145.635</b>	<b>42.979</b>	<b>859</b>	<b>75</b>	<b>189.548</b>	<b>109.340</b>	<b>61.934</b>	<b>320</b>	<b>159</b>	<b>171.753</b>
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	46.925	-	-	-	46.925	22.895	-	-	1	22.896
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	88.702	35.654	-	-	124.356	71.124	53.678	-	-	124.802
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.008	7.325	859	75	18.267	15.321	8.256	320	158	24.055
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>57.717</b>	<b>8.551</b>	<b>20.108</b>	<b>106.875</b>	<b>193.251</b>	<b>102.046</b>	<b>7.293</b>	<b>9.261</b>	<b>78.689</b>	<b>197.289</b>
Títulos Públicos - Livres	52.277	-	-	-	52.277	83.980	-	-	-	83.980
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	149	3.279	10.045	66.501	79.974	13.581	2.208	1.024	37.165	53.978
Títulos Privados - Livres	5.114	4.375	9.467	36.252	55.208	4.482	4.229	7.968	37.201	53.880
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	177	897	596	4.122	5.792	3	856	269	4.323	5.451
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>833</b>	<b>3.783</b>	<b>1.752</b>	<b>2.898</b>	<b>9.266</b>	<b>1.943</b>	<b>4.971</b>	<b>1.756</b>	<b>2.927</b>	<b>11.597</b>
<b>Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (3)</b>	<b>51.589</b>	<b>159.209</b>	<b>78.919</b>	<b>117.273</b>	<b>406.990</b>	<b>48.460</b>	<b>153.079</b>	<b>82.459</b>	<b>116.066</b>	<b>400.064</b>
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	<b>269.511</b>	<b>214.522</b>	<b>101.638</b>	<b>227.121</b>	<b>812.792</b>	<b>275.756</b>	<b>227.277</b>	<b>93.796</b>	<b>197.841</b>	<b>794.670</b>

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 61.861 (R\$ 63.701 em 31/12/2012) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 6.218 (R\$ 9.106 em 31/12/2012), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 25.776 (R\$ 27.382 em 31/12/2012).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2013					31/12/2012				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>										
<b>Depósitos</b>	<b>139.923</b>	<b>38.844</b>	<b>14.758</b>	<b>70.366</b>	<b>263.891</b>	<b>133.310</b>	<b>42.494</b>	<b>15.290</b>	<b>74.632</b>	<b>265.726</b>
Depósito a Vista	33.718	-	-	-	33.718	34.916	-	-	-	34.916
Depósito Poupança	87.072	-	-	-	87.072	83.451	-	-	-	83.451
Depósito a Prazo	15.782	34.042	14.582	70.123	134.529	12.261	37.620	15.150	74.402	139.433
Depósito Interfinanceiros	3.351	4.802	176	243	8.572	2.682	4.874	140	230	7.926
<b>Depósitos Compulsórios</b>	<b>(35.507)</b>	<b>(9.119)</b>	<b>(2.779)</b>	<b>(14.456)</b>	<b>(61.861)</b>	<b>(35.238)</b>	<b>(9.761)</b>	<b>(3.744)</b>	<b>(14.959)</b>	<b>(63.702)</b>
Depósito a Vista	(6.037)	-	-	-	(6.037)	(8.590)	-	-	-	(8.590)
Depósito Poupança	(24.592)	-	-	-	(24.592)	(23.582)	-	-	-	(23.582)
Depósito a Prazo	(4.878)	(9.119)	(2.779)	(14.456)	(31.232)	(3.066)	(9.761)	(3.744)	(14.959)	(31.530)
<b>Captações no Mercado Aberto (1)</b>	<b>145.108</b>	<b>32.919</b>	<b>52.171</b>	<b>89.373</b>	<b>319.572</b>	<b>134.028</b>	<b>35.529</b>	<b>54.086</b>	<b>85.195</b>	<b>308.838</b>
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)</b>	<b>3.354</b>	<b>26.966</b>	<b>10.534</b>	<b>17.270</b>	<b>58.124</b>	<b>3.793</b>	<b>29.349</b>	<b>11.049</b>	<b>15.526</b>	<b>59.717</b>
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)</b>	<b>4.679</b>	<b>28.504</b>	<b>11.950</b>	<b>22.590</b>	<b>67.723</b>	<b>2.938</b>	<b>27.596</b>	<b>11.277</b>	<b>24.083</b>	<b>65.894</b>
<b>Dívidas Subordinadas (4)</b>	<b>487</b>	<b>2.402</b>	<b>7.766</b>	<b>61.211</b>	<b>71.866</b>	<b>831</b>	<b>4.352</b>	<b>7.726</b>	<b>61.698</b>	<b>74.607</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>434</b>	<b>2.860</b>	<b>1.744</b>	<b>3.347</b>	<b>8.385</b>	<b>1.724</b>	<b>3.793</b>	<b>2.154</b>	<b>3.398</b>	<b>11.069</b>
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>258.478</b>	<b>123.376</b>	<b>96.144</b>	<b>249.701</b>	<b>727.700</b>	<b>241.386</b>	<b>133.352</b>	<b>97.838</b>	<b>249.573</b>	<b>722.149</b>

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

<b>Compromissos Off Balance</b>	<b>31/03/2013</b>					<b>31/12/2012</b>				
	<b>0 - 30 dias</b>	<b>31 - 365 dias</b>	<b>365 - 720 dias</b>	<b>Acima de 720 dias</b>	<b>Total</b>	<b>0 - 30 dias</b>	<b>31 - 365 dias</b>	<b>365 - 720 dias</b>	<b>Acima de 720 dias</b>	<b>Total</b>
Avais e Fianças	1.817	12.947	2.704	45.423	62.891	1.526	13.271	3.078	42.435	60.310
Compromissos a Liberar	100.945	19.000	19.537	76.788	216.270	94.197	25.452	15.675	79.236	214.560
Cartas de Crédito Imobiliário a Liberar	15.551	-	-	-	15.551	14.605	-	-	-	14.605
<b>Total</b>	<b>118.313</b>	<b>31.947</b>	<b>22.241</b>	<b>122.211</b>	<b>294.712</b>	<b>110.328</b>	<b>38.723</b>	<b>18.753</b>	<b>121.671</b>	<b>289.475</b>